

PORANTIM

**Em defesa
da causa indígena**

Ano XLIII • Nº 443 • Brasília-DF • Março 2022

Mês de conscientização: março tem Dia Internacional da Mulher, Dia da Água, das Florestas e mais

“O minério em terras indígenas viola o direito das mulheres. Ele causa diversos transtornos, como estupros, abuso sexual e afeta também a nossa saúde. Não podemos deixar mais isso acontecer”, frisou Samêhy Pataxó em mobilização na Câmara dos Deputados

Páginas 8, 9, 10 e 11

O jubileu do Cimi e as experiências de formação e aprendizagem com os Povos Originários: a trajetória do Cimi e a sintonia estabelecida com as lutas indígenas

Páginas 3, 4 e 5

Novo assalto às áreas indígenas da Amazônia: Governo Bolsonaro usa guerra na Ucrânia para aprovar urgência do PL 191 na Câmara dos Deputados. A desculpa que precisavam para fazer avançar o projeto de morte contra povos indígenas. CNBB e organismos da Igreja do Brasil manifestam preocupação. Povos originários protestam na capital Federal

Páginas 12 e 13

Vitória: Após denúncia do Cimi e ação do MPF, Instrução Normativa 09 da Funai que facilita grilagem de terras indígenas é suspensa no Maranhão. MPF já obteve 24 decisões contra a medida da Funai em 13 estados do país

Páginas 14 e 15

Governo Bolsonaro usa guerra na Ucrânia para fazer avançar seu projeto de morte contra povos indígenas

O governo de Jair Bolsonaro redobrou nos últimos dias sua ofensiva contra os direitos dos povos indígenas no país e o assédio a seus territórios. Em declarações públicas, Bolsonaro afirmou que o conflito entre Rússia e Ucrânia teria impacto nas importações brasileiras de fertilizantes e que a solução passava pela exploração mineral em terras indígenas dentro do país. Desta forma, o governo utiliza a situação vivida na Europa para ampliar sua guerra particular contra os povos originários no Brasil.

Esta atitude não é nova e reflete a verdadeira face do atual governo. Em janeiro de 2020, o Executivo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) 191/2020 que pretende regularizar a mineração e a exploração de hidrocarbonetos em terras indígenas, desconsiderando o direito dos povos originários à autodeterminação e à consulta prévia, livre e informada. Em 2021 e em 2022, este Projeto de Lei foi indicado pelo governo como um dos projetos legislativos prioritários para apreciação no Congresso Nacional.

Segundo dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e da entidade Amazon Watch, no relatório Cumplicidade na Destruição IV, mais de 500 empresas mantêm ativos 2,5 mil pedidos de mineração na Agência Nacional de Mineração/ANM afetando 261 terras indígenas.

Nos últimos dias, Bolsonaro encontrou no conflito entre Ucrânia e Rússia novo combustível para aumentar sua pressão sobre os povos indígenas. Além das declarações públicas em redes sociais do presidente, a base governista no Congresso Nacional já está pedindo adesão entre os deputados federais a um Requerimento de Urgência assinado pelo líder do governo na Câmara, Ricardo Barros, solicitando a apreciação rápida e em plenário do PL 191, sem passar pelo devido procedimento de análise nas Comissões.

Esta estratégia de acelerar a aprovação de iniciativas legislativas diretamente em plenário já foi utilizada pelos aliados do governo no Congresso em 2021 e mostra claramente a intenção de aprovar nesta legislatura, de qualquer forma, os projetos que atendem aos interesses dos setores de apoio ao governo Bolsonaro.

Um dos principais focos de pressão neste momento está no interesse do governo de liberar a exploração de potássio nos territórios do povo indígena Mura, na região do Baixo Rio Madeira, próximo da foz com o Amazonas. Isso resolveria, segundo Bolsonaro, a previsível queda na importação de potássio da Rússia por causa do atual conflito na Europa, argumento que vem sendo refutado estes dias por especialistas na área.

Entretanto, o interesse do Estado sobre este território vem de antes. Em 2019, o governo Bolsonaro se reuniu em várias ocasiões com representantes do banco canadense Forbes & Manhattan, que está por trás das empresas Belo Sun – interessada na exploração de ouro, na Volta Grande do Xingu – e a Potássio do Brasil – com interesse na exploração de potássio nas terras do povo Mura. Já durante os anos de 2020 e 2021, em plena pandemia, houve pelo menos sete reuniões entre o Executivo e representantes diretos da Potássio do Brasil e o empreendimento foi contemplado dentro da chamada política Pró-Minerais Estratégicos na qual o governo se compromete a facilitar o licenciamento ambiental.

O povo Mura luta pela demarcação e homologação de seus territórios. Na região do Baixo Rio Madeira, pelo menos 29 terras indígenas Mura apresentam alguma pendência no procedimento administrativo de demarcação; dentre elas, 17 terras indígenas estão sem nenhuma providência por parte da Funai e algumas das terras já homologadas estão sendo contestadas na Justiça por particulares.

O interesse da empresa Potássio do Brasil na exploração mineral na região poderá afetar diretamente a vida das comunidades Mura. Em audiência de conciliação celebrada em 2017, foi determinado que o licenciamento ambiental de empreendimentos que afetem o povo não poderia avançar sem o devido processo de consulta prévia, livre e informada, conforme o Protocolo de Consulta elaborado pelas comunidades.

O acirramento da hostilidade de Bolsonaro contra os povos indígenas pretende responder aos interesses de setores da mineração e do agronegócio, na tentativa de manter apoios eleitorais e de consumir, antes das eleições de 2022, seu projeto de poder e de morte. É importante destacar que o agronegócio brasileiro continua batendo recordes de produção de grãos para a exportação e aumenta os lucros para grandes grupos econômicos enquanto crescem no país os indicadores de pobreza e exclusão, acompanhados de uma subida permanente do preço dos alimentos.

A expansão do agronegócio, apresentada falsamente como solução para a soberania alimentar do país, só é possível por meio da apropriação de grandes extensões de terra, do desrespeito aos direitos territoriais dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais, da liberação indiscriminada e criminosa de agrotóxicos proibidos em outros países e, finalmente, do crescimento permanente da demanda por fertilizantes. E, mais uma vez, os territórios indígenas são percebidos como a principal barreira ao expansionismo do capital e do veneno.

A liberação da mineração dentro de terras indígenas teria como resultado impactos gravíssimos para a saúde das comunidades e para seu entorno, inviabilizando seus projetos de vida. Afeta diretamente o usufruto exclusivo das comunidades sobre seus territórios e compromete a determinação livre destes povos de escolher seus próprios caminhos.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) denuncia esta estratégia recorrente e cada vez mais acintosa de atropelar os direitos territoriais indígenas, o direito à consulta e à autodeterminação dos povos originários e os direitos da natureza para satisfazer a ganância insaciável dos setores empresariais mais reacionários da sociedade. A defesa dos direitos dos povos indígenas e a proteção ao meio ambiente fazem parte da luta mais ampla por um mundo mais justo, igualitário e plural. Conclamamos a todos os segmentos da sociedade, organizações indígenas e indigenistas, sociedade civil organizada, partidos e deputados, Ministério Público Federal e a todas e todos a somar esforços para impedir esta iniciativa perversa do governo.



– RICARDO BARROS, VAMOS APROVEITAR ESSA GUERRA DA UCRÂNIA E IR PASSANDO NAS TERRAS INDÍGENAS...

Porantimadas

Uma chacota

Ministro da Justiça, Anderson Torres, concede “Medalha do Mérito Indigenista” a ele mesmo, ao presidente Jair Bolsonaro e a mais dez ministros deste governo anti-indígena, entre eles Augusto Heleno, que indicou aval a garimpos de ouro em terras indígenas intocadas na Amazônia. A homenagem pelos supostos trabalhos prestados aos povos indígenas ocorre no momento em que o governo de Bolsonaro tenta, a todo custo, aprovar a mineração em terra indígena, sem contar com os inúmeros atos e falas do presidente contra os povos originários proferidos desde quando ele ainda era deputado. Em forma de repúdio, indígenas concedem a “Medalha do Genocídio Indígena” as políticas de morte do Governo Bolsonaro. “O indigenismo é uma tradição séria e não deve ser titulada para aqueles que não respeitam nossa cultura e modo de vida”, disse a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

“Golpe Verde: falsas soluções para o desastre climático”

Publicação do Cimi Regional Amazônia Ocidental reúne uma coletânea de artigos sobre o processo da implementação da chamada “economia verde” no estado do Acre, o documento busca traçar um panorama desse processo histórico no Brasil e transitar pelo vasto horizonte das violações e desmandos do capitalismo verde, analisando os impactos do programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD) em comunidades indígenas e extrativistas no Acre. É a continuidade do debate público sobre os projetos de economia verde que tentam enganar a população brasileira e o mundo, fingindo plantar árvores ou mantê-las em pé – enquanto, na realidade, passam o trator e a boiada. Acesse: <https://cimi.org.br/golpeverde>

Contra o desmatamento

Aldi anuncia que não venderá mais carne brasileira, a varejista alemã segue o exemplo de outras grandes empresas europeias que, em dezembro passado, anunciaram boicote à carne do Brasil como resposta ao Projeto de Lei 510/21, que trata da regularização fundiária no Brasil e poderá abrir caminho para ocupação de 24 milhões de hectares de florestas públicas. Mesmo com a ameaça de sanções econômicas das grandes multinacionais, a proposta seguiu em frente e está para ser votada no Congresso brasileiro ainda em 2022. Em uma carta aberta publicada em maio de 2021, cerca de 50 redes varejistas, fornecedores de alimentos e empresas de investimento europeias disseram que o PL 510/21 possuía “ameaças potenciais ainda maiores para a Amazônia”. O desmatamento na Amazônia atingiu 13.235 km² entre agosto de 2020 e julho de 2021, segundo as medições oficiais do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE). O aumento foi de quase 22%, em relação ao período anterior. O número apurado pelo INPE foi o maior em 15 anos. Com informações da reportagem de Cristiane Prizibiszki, publicado por ((o))eco.

O Cimi e a Assembleia Nacional Constituinte

A experiências de formação e aprendizagem com os Povos Indígenas

Textos do "Boletim 50 anos Cimi", edição especial nº 2*

A Assembleia Nacional Constituinte (ANC), realizada durante os anos de 1987 e 1988, constitui-se um dos marcos importantes do testemunho profético do Cimi. Dois anos antes de sua realização, o conselho da entidade iniciou um processo de preparação e mobilização dos missionários e missionárias, no intuito de possibilitar uma atuação qualificada de seus membros durante aquele tão esperado momento histórico, a ANC simbolizava a derrota da Ditadura Militar e impulsionava os sonhos de libertação dos lutadores e lutadoras de todo o país.

Essa iniciativa do Cimi possibilitou uma forte atuação missionária de formação e mobilização nas comunidades indígenas durante um período de quatro anos (1985-1988): encontros, seminários, cursos de formação política etc. Tudo isso contribuiu para uma atuação potente dos povos indígenas na Constituinte, o que viabilizou importantes vitórias, sobretudo, a aprovação dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal. Mas nossa ação missionária não se limitou às aldeias. Durante os dois anos da ANC, representantes dos Regionais se revezavam em Brasília, ampliando dessa forma nossa equipe do Secretariado Nacional. Em uma ação conjunta com os secretários e assessores, os coordenadores regionais e outros missionários peregrinavam pelos corredores do congresso nacional, de gabinete em gabinete, no intuito de conseguir votos dos parlamentares constituintes para as propostas de interesse dos povos indígenas. Entre agosto de 1987 e



A Constituinte simbolizava a derrota da Ditadura Militar e impulsionava os sonhos de libertação dos lutadores e lutadoras de todo o país. A participação do Cimi possibilitou uma forte atuação missionária de formação e mobilização nas comunidades indígenas, contribuindo para uma atuação potente dos povos indígenas na Constituinte, o que viabilizou importantes vitórias

agosto de 1988, o movimento indígena também marcou presença constante em Brasília, coube ao Cimi articular apoio para abrigar um grande número de lideranças em Brasília, transformando o local de hospedagem também num espaço de formação permanente.

A forte presença do Cimi nesse processo despertou a ira dos inimigos históricos dos povos indígenas. No dia 9 de agosto de 1987, o jornal "O Estado de São Paulo" iniciava uma série de matérias com denúncias mentirosas contra a entidade. Na primeira publicação, a manchete da primeira página denunciava: "Os índios na

nova Constituição – a conspiração contra o Brasil". Essa e as sucessivas matérias, que durante uma semana foram veiculadas, eram reproduzidas nos jornais regionais. Os conteúdos falavam de supostas ligações do Cimi com interesses econômicos estrangeiros, chegando inclusive a afirmar haver ligações com empresas mineradoras internacionais, o que justificaria a presença de seus missionários nas áreas indígenas. O jornal fazia referência a certos documentos, supostamente produzidos pelo Cimi, que poderiam justificar as denúncias. Um desses documentos continha assinaturas falsificadas de missionários e referia-se a um suposto convênio firmado entre a entidade e um fictício Conselho Internacional de Igrejas, caracterizando assim o braço internacional da entidade. De forma jocosa, fazia-se referência aos missionários do Cimi como "os irmãos do ouro", que percorriam as aldeias com "a Bíblia numa mão e o teodolito na outra". Com base nessas denúncias, a bancada anti-indígena criou uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para apurar as denúncias contra o Cimi, que nunca foram comprovadas. Lamentavelmente, os grupos econômicos que saíram derrotados durante o embate na constituinte, continuam agindo na perspectiva de desconstruir os direitos conquistados pelos povos indígenas.

Boletim do Cimi: o primeiro meio de comunicação

A data de criação do primeiro instrumento oficial de comunicação do Cimi oferece um indício da importância que a entidade, desde seus primórdios, dispensaria ao tema da comunicação. A primeira edição do Boletim do Cimi data de setembro de 1972 – apenas cinco meses depois da fundação do organismo – e buscava, inicialmente, "informar sobre as atividades do Cimi e ser um elo entre este e os missionários".

Com uma tiragem inicial de cerca de 200 exemplares e com suas primeiras edições multiplicadas manualmente com o auxílio de um mimeógrafo, o escopo do Boletim foi se ampliando à medida que o Cimi se estruturava e estendia sua atuação. Assim, alimentado pelos relatos dos missionários e dos Regionais que aos

poucos iam se constituindo, o Boletim do Cimi passou a incorporar denúncias sobre a situação dos povos indígenas nas diferentes regiões, relatos sobre atividades missionárias nas prelações e dioceses e até avisos sobre eventos, encontros e reuniões.

O Boletim do Cimi também documentou, a partir dos cuidadosos relatos dos missionários, as primeiras Assembleias de Chefes Indígenas, que cumpriam papel fundamental na organização de um movimento indígena de abrangência nacional. Em sua I Assembleia Geral, em 1975, o Cimi decidiu unir esforços com a Operação Anchieta (Opan), que havia criado, mais ou menos no mesmo período, o informativo Macaxeira. Como resultado, o Boletim acabou por incor-

porar a experiência e a equipe que até então trabalhava no informativo da Opan, ganhando volume e abrangência.

O Boletim do Cimi nasceu, assim como a própria entidade, nadando contra a turbulenta maré da Ditadura Militar. E foi neste contexto autoritário que ele passou a ser utilizado também como fonte de informação por jornalistas que, sensíveis à causa, tentavam burlar a censura e reportar as violações sofridas pelos povos indígenas. A periodicidade almejada para o Boletim – mensal – nem sempre pôde ser mantida, seja por falta de pessoal dedicado exclusivamente a ele ou por dificuldades financeiras. Foram estes os motivos, também, que levaram ao fim do periódico, em dezembro de 1981, depois de 76 edições.

Quando chegou à sua edição derradeira, entretanto, o Boletim do Cimi já havia contribuído para estabelecer uma cultura de comunicação na entidade. Sua existência motivou a criação de meios de comunicação próprios pelos Regionais; além disso, três anos antes do seu encerramento, outro instrumento de abrangência nacional já havia sido criado: o jornal Porantim.

Os textos e fotos publicados no Boletim ao longo de quase uma década são hoje documentos históricos, que ajudam a formar o retrato de um momento decisivo para a causa indígena. Um momento, aliás, que talvez não pareça tão estranho aos que o contemplam nos dias de hoje: tempos sombrio, mas também tempos de esperança.

As lutas indígenas e o Cimi, pelos indígenas

A trajetória do Cimi e a sintonia estabelecida com as lutas indígenas.

Por **Lígia Kloster Apel**, da Assessoria de Comunicação do Cimi Norte I
– Edição de Hellen Loures

Olhares indígenas e missionários sobre a história do Cimi analisam a história dos 50 anos do Cimi durante a 42ª Assembleia do Regional Norte I, realizada em fevereiro de 2022. Na mesa de debates “As lutas indígenas e o Cimi, pelos indígenas”, a trajetória da entidade e a sintonia estabelecida com as lutas dos povos originários.

De violências, embates, mortes e profundas dores é feita a história indígena. Mas, os que não morreram, resistem. Para os povos originários, a história também é feita de resistência e existência. Apesar do desaparecimento de muitas formas indígenas de viver, outras muitas continuam resilientes e vivas na sua cultura e seu jeito de ser e existir.

“O missionário colhendo as sementes do verbo ocultas nos povos indígenas”, diz o primeiro Secretário do Cimi, Egydio Schwade, que abriu os debates do encontro na primeira mesa, cujo tema foi “Memória dos 50 anos: Contexto, início e estratégias iniciais do Norte I”.

Como precursor do Cimi, Egydio diz que “a questão indígena não deve ser regionalizada, mas deve estar e agir em todas as regiões, deve ser um debate nacional”, e conta

como tudo começou: “comecei a organizar encontros de Pastoral Indígena nas regiões falando da nova perspectiva de uma igreja com os indígenas, ao invés de para os indígenas. E os Cimis regionais vieram atrás desses encontros pastorais”.

A essa memória de Egydio somaram-se as memórias e histórias do assessor teológico do Cimi, Paulo Suess, dos missionários Egon Heck, Carlos Zaquini e Guilherme Damioli, e Dom Leonardo Steiner, Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Manaus.

Suess lembra da trajetória de perseveranças apesar das dificuldades e que, tanto a ditadura militar instaurada no Brasil como os poucos recursos financeiros que tinham motivaram a ampliação do debate para outros setores da sociedade. Assim, os missionários compreenderam que seria necessário o registro das informações e sua divulgação. Criaram o Jornal Porantim.

“Começamos em uma salinha. Não tínhamos carro, não tínhamos moto, não tínhamos quase nada. Mas tínhamos a vontade de fazer. E o silêncio da ditadura nos inspirou e dissemos, ‘olha precisamos juntar esses pedaços’. Então, criamos o Porantim. Jornal que reuniu



Protesto dos povos indígenas durante a Constituinte: mobilização garantiu artigos 231 e 232

leigos, jornalistas, universitários e, assim, tivemos vários grupos juntos. E o Porantim também serviu para denunciar o que estava acontecendo”, contou o assessor que resumiu as diversas atrocidades contra os povos indígenas cometidas na ditadura militar e que foram denunciadas pelo Jornal.

Egon Heck, que esteve junto na criação e condução do Cimi em sua nova perspectiva, compartilha da posição de Suess dizendo que não faltou coragem para luta. “Tivemos muita coragem, determinação, clareza e tivemos a oportunidade de fazer essa caminhada de dentro para fora, de dentro da igreja para a sociedade, num processo de construção que veio na contra mão do processo de colonização e, especialmente, em defesa da pluralidade, da diversidade dos povos”, afirma Heck, com a certeza de que o caminho

foi acertado, apesar dos sofrimentos.

Missionário de alma, coração e ação, Heck é firme ao dizer que “conquistar esses direitos não foi fácil, custou muito sangue e muito suor da parte dos indígenas e, também, de missionários”. E acrescenta que a

luta do Cimi é justamente essa: “uma luta libertadora, que deu esperança ao país por reconhecer a pluralidade e os direitos desses povos. E como eles mesmos nos dizem, ‘nunca mais deve existir um Brasil sem os povos indígenas’.

Animando os novos missionários faz o alerta: “Não podemos esquecer que a luta e os expressivos trabalhos e contribuições do Cimi com a causa indígena foi uma luta de contribuição para a conquista dos direitos Constitucionais. E, agora, a história se repete e estamos novamente em um momento de condenação desses povos, dos seus direitos. Mas é preciso continuar, é responsabilidade nossa continuar aliado e se aliando aos povos e a parceiros, com toda a confiança e com articulação, aumentando cada vez mais apoiadores dessa causa. E que daqui a 50 anos o Cimi possa continuar sendo o amigo, o apoiador, que caminha para uma sociedade com várias mudanças”.

Com a certeza de que a luta não foi em vão, Carlos Zacquini confessa que sente uma certa frustração ao ver que as forças contrárias à existência indígena retornaram. “Hoje, depois de 50 anos envolvido com a questão indígena, vejo que a luta valeu a pena. Mas, dá uma sensação de frustração muito grande, de revolta inclusive, porque apesar dos avanços que se teve na conquista dos direitos, vemos que voltam os ataques, voltam as mortes. Especialmente entre as crianças Yanomami”, lamenta.

Guilherme Damioli, missionário da Missão Catrimani, com os indígenas Yanomami de Roraima, e que junto

com os demais, contribuiu com o início da caminhada do Cimi falou dos resultados alcançados e da missão de todos: “Hoje em dia, as organizações indígenas são fortes, se manifestam, fazem pressão, mas a função do Cimi, a função da Igreja Católica junto aos índios permanece uma ação profética, de presença profética, junto com eles. Evidentemente longe do proselitismo, longe da catequese, sem pensar muito em batizados, temos que garantir a sobrevivência desses povos, garantir seus direitos que foram conquistados com muito sacrifício na Constituição de 88.



Egydio Schwade, um dos fundadores do Conselho Indigenista Missionário - Cimi



Então, vamos continuar junto com os índios, junto com as organizações, junto com os povos indígenas para garantir o futuro deles, o futuro da Amazônia, o futuro do meio ambiente para o bem estar dos índios, o bem estar da humanidade, bem estar do nosso planeta”.

Dom Leonardo Steiner, Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Manaus, ressalta a importância do momento da memória, dizendo que “a recordação do início é muito importante para a história do Cimi, não apenas para o passado, mas também para o futuro. O ideal no início será sempre fonte para o futuro do Cimi”.

Dom Leonardo também destaca os aprendizados obtidos com os indígenas: “os cuidados com nossa Casa Comum aprendemos com os indígenas. E graças ao Cimi que conseguimos levar para a sociedade esse pensamento e conhecimento. É o tipo de cuidado e de relação que existe com a terra que foi sendo levado para as pessoas através do Cimi. Por isso sua história é muito importante, para o futuro da Igreja, para o futuro das comunidades indígenas e do mundo”.

As vozes das lideranças

Diversas lideranças indígenas participaram da Assembleia do Cimi Regional Norte I, que abrange os estados de Roraima e Amazonas. Na mesa de debates a trajetória do Cimi e a sintonia estabelecida com as lutas indígenas.

Ercília Ticuna, vice coordenadora da Associação de Mulheres Indígenas do Médio rio Solimões e Afluentes, diz que não tem a idade do Cimi, mas lembra dele na sua infância. “Eu lembro quando eu era muito criança, das visitas do Cimi na minha aldeia. Ainda não era Terra Indígena, ainda estava iniciando toda essa movimentação para o reconhecimento e demarcação. Eu ouvia as histórias que contavam para meus pais e meus avós. E sei que foi graças a essas conversas que minha aldeia, Tupã Supé, se tornou aldeia de uma Terra Indígena”, diz convencida de que essa contribuição de partilha de conhecimentos continua sendo importante, inclusive para a organização do atual grupo de mulheres. “Me sinto fortalecida como mulher indígena quando o Cimi estimula nossa participação”.

Da região do rio Madeira, veio Egídia Maraguá, que se sente orgulhosa por representar uma nação indígena e é agradecida ao Deus da vida, Monãg, e ao parceiro CIMI. “Aqui represento uma nação, nosso povo, nossos idosos, nossas crianças. Agradecemos Monãg por estarmos resistindo a essa pandemia, e agradeço também a esse parceiro que se chama Cimi que, sem priorizar ninguém, vem



Dom Leonardo Steiner, Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Manaus

trabalhando em favor dos povos. Em lugares longínquos como são as aldeias, somente esse parceiro chega até lá”.

Para Darci Marubo, da região Alto Solimões, a história é longa, muitas histórias dentro da história, mas faz os seus destaques. “É uma história muito grande para ser contada, mas tem uma ação que preciso destacar que é a demarcação da Terra Indígena Vale do Javari. Foi coletando assinaturas no Brasil todo e com o incentivo da OPAM (Operação Amazônia Nativa) e do Cimi que conseguimos lutar até conseguir a regularização da nossa Terra. Conseguimos também nosso sistema de rádio que hoje a Sesai toma conta. Esses parceiros ajudaram mostrando os caminhos para lutar e resistir”.

O coordenador do Conselho Indígena de Roraima

(CIR), Edinho Macuxi, também lembra que a caminhada foi longa e árdua, mas que a aliança deve continuar crescendo e fortalecida. “O Cimi é nosso parceiro histórico e é orgulho fazer parte dessa caminhada. Uma caminhada lado a lado. Uma verdadeira corrente, uma base forte na conquista dos direitos e do território. Na luta perdemos pessoas que foram a estrutura dessa caminhada, hoje nos fazem falta, mas é por elas que seguimos resistindo. Principalmente nesse ano precisamos estar com nossa aliança crescendo, fortalecida, para encarar o que tá vindo pela frente”.

Reafirmando a missão

À luz das prioridades e estratégias de atuação do Cimi eleitas na Assembleia Nacional, o Secretário Executivo do Cimi, Antônio Eduardo de Oliveira, reforçou os motivos das escolhas, compartilhou as diretrizes das ações da entidade e reafirmou o compromisso de defesa dos direitos e vida indígena.

“Os povos indígenas continuam ameaçados na sua existência física, espiritual, em seus modos de vida, em suas identidades, em sua diversidade, em seus territórios e projetos de vida. Chegamos ao Século XXI com os militares ‘se assanhando’ e tentando silenciar novamente a Classe Trabalhadora e prevendo novamente a solução final que é a integração nacionalista dos povos indígenas do Brasil. Vemos o agronegócio e o latifúndio se aproveitam disso, as técnicas dispendiosas que geram desemprego, os monocultivos, a produção voltada para o mercado externo, a devastação da natureza. Os povos indígenas

têm seus territórios muitas vezes cortados por fronteiras, por grandes projetos, e são considerados por essa elite como um obstáculo a esse desenvolvimento. Intolerância, preconceito, discriminação, que levam muitos indígenas a ocultar a sua identidade”, resgata Eduardo, reiterando que, “por essa séria situação, o Cimi reafirma seu compromisso com os indígenas”

“São três as prioridades do Cimi: luta pelos territórios e água, defesa da Constituição e o apoio aos povos indígenas em contexto urbano. Não deixando de lado o aspecto da formação que a forma constitutiva do trabalho do Cimi e os processos de alianças e políticas públicas para os povos indígenas”.



Indígenas Yanomamis por Adriana Huber Azevedo/Cimi Norte I



Índios caminhando pela parte externa do Congresso Nacional

Cimi repudia o discurso da Ministra Damares no Conselho de Direitos Humanos da ONU

Discurso da Ministra é descolado da realidade e um desrespeito aos povos indígenas

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

O Conselho Indigenista Missionário – Cimi repudia o discurso do Brasil durante o Segmento de Alto Nível, que abre a 49ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, com dados distorcidos e descolados do real quadro de violações de direitos dos povos indígenas. O pronunciamento do Estado brasileiro foi realizado pela ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, no dia 28 de fevereiro.

A Ministra afirmou que 85% da população indígena foi vacinada, refere-se a uma contagem limitada, sob o critério equivocado de “indígenas aldeados, ou seja, aqueles que vivem nos territórios demarcados, ignorando que seu próprio governo paralisou o processo de demarcações e os indígenas em contextos urbanos. Na verdade, o governo vem promovendo um apagão de dados sobre a Covid-19 e não pode dar certeza da porcentagem apontada. O vírus que chegou às aldeias e provocou inúmeras mortes foi levado para dentro dos territórios indígenas, em sua grande maioria, por invasores que seguem atuando ilegalmente nestas áreas em plena pandemia, livres das ações de fiscalização e proteção do governo.

Em muitas aldeias, a pandemia levou as vidas de anciões e anciãs que eram verdadeiros guardiões da cultura, da história e dos saberes de seus povos, representando uma perda cultural inestimável – não só para os povos indígenas diretamente afetados, mas para toda a humanidade. Segundo dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), mais de 68 mil indígenas foram contaminados pela Covid-19 e pelo menos 1.283 morreram por complicações da doença até 28 de fevereiro de 2022.

A chamada “regularização fundiária” aduzida pela Ministra Damares, trata-se na verdade de titulação privada de invasores de terras protegidas e de territórios indígenas, o que vem estimulando ainda mais o desmatamento na Amazônia e demais biomas. Em 2020 proliferaram os casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio” aumentaram, em relação ao já alarmante número que havia sido registrado no primeiro ano do governo Bolsonaro. Foram 263 casos do tipo registrados em 2020 – um aumento em relação a 2019, quando foram contabilizados 256 casos, e um acréscimo de 137% em relação a 2018, quando haviam sido identificados 111 casos. Este foi o quinto aumento consecutivo registrado nos casos do tipo, que em 2020 atingiram pelo menos 201 terras indígenas, de 145 povos, em 19 estados.

Outra inverdade do discurso é o da proteção da Amazônia. O governo Bolsonaro, na realidade, bate recordes anuais consecutivos de desmatamento, desde 2019, quando assumiu o governo. Em janeiro de 2022 o desmatamento da Amazônia foi de 360 km², quatro vezes mais que o equivalente ao ano passado. As invasões e os casos de exploração de recursos naturais e de danos ao patrimônio registrados em 2020 repetem o padrão

Em muitas aldeias, a pandemia levou as vidas de anciões e anciãs que eram verdadeiros guardiões da cultura, da história e dos saberes de seus povos, representando uma perda cultural inestimável – não só para os povos indígenas diretamente afetados, mas para toda a humanidade.

por povos isolados. O caso dos povos Yanomami, Ye'kwana e Munduruku exemplifica a estreita relação entre a ação dos invasores, a omissão do Estado e o agravamento da crise sanitária, com o aumento expressivo dos casos de malária e desnutrição relacionados com a presença de invasores em seus territórios. Na Terra Indígena Yanomami, onde é estimada a presença ilegal de cerca de 20 mil garimpeiros, os invasores devastam o território, provocam conflitos, praticam atos de violência contra os indígenas e, ainda, atuam como vetores do coronavírus – num território onde há também a presença de indígenas em isolamento voluntário.

Ademais, o Estado brasileiro age para enfraquecer a governança indígena e ambiental brasileira, com a propositura do Projeto de Lei 191/2020 e o apoio ao Projeto de Lei 490/2007 que legisla a tese

identificado no ano anterior. Os invasores, em geral, são madeireiros, garimpeiros, caçadores e pescadores ilegais, fazendeiros e grileiros, que invadem as terras indígenas para se apropriar ilegalmente da madeira, devastar rios inteiros em busca de ouro e outros minérios, além de desmatar e queimar largas áreas para a abertura de pastagens.

Em muitos casos, os invasores dividem a terra em “lotes” que são comercializados ilegalmente, inclusive em terras indígenas habitadas

inconstitucional do marco temporal. Também opera a iniciativa de enfraquecimento dos direitos indígenas com a Instrução Normativa (IN) 09/2020 da Fundação Nacional do Índio (Funai), a Instrução Normativa Instrução Normativa 01/2021, expedida pela Funai, em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama e a Resolução 04, de 22 de janeiro de 2021, fazendo parte de um pacote normativo que ameaça os povos indígenas e o meio ambiente.

Recentemente, o governo também publicou um Decreto estabelecendo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal – Pró-Mape, que visa “estimular” a garimpagem “com vistas ao desenvolvimento sustentável”, o programa prevê um incentivo ao garimpo na região amazônica, em um momento de evidente expansão da atividade sobre os territórios indígenas com seríssimas consequências para a saúde e a vida dos povos indígenas. Além de nenhuma Terra Indígena ter sido demarcada pelo governo Bolsonaro”

A chamada “regularização fundiária” aduzida pela Ministra Damares, trata-se na verdade de titulação privada de invasores de terras protegidas e de territórios indígenas, o que vem estimulando ainda mais o desmatamento na Amazônia e demais biomas

Foto: Agência Saúde, disponível em: APiB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil



O discurso do Estado brasileiro na 49ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, é descolado da realidade e um desrespeito aos povos indígenas. A versão equivocada da atual política brasileira de direitos humanos não pode prosperar nos foros multilaterais, principalmente no Conselho de Direitos Humanos da ONU. O Cimi segue atento às violações dos direitos indígenas e juntos aos povos indígenas seguirá denunciando as atrocidades do atual governo.

Apelos e denúncias são feitos ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

“A paralisação da demarcação de terras indígenas é um vetor para as demais violações”, alerta secretário do Cimi à 49ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU (HRC 49), que terá mais de 30 diálogos interativos com especialistas, grupos e mecanismos de direitos humanos.

As contribuições com apelos e denúncias das lideranças indígenas e de organizações indigenistas se deu nos espaços destinados aos “Diálogos Gerais”, que, como o nome já diz, são voltados à discussão de temas abrangentes, e nos “Diálogos Interativos”, direcionados ao tema da relatoria e com a presença dos respectivos relatores do órgão para aquele assunto. Foram pelo menos sete incidências nesta sessão.

“O governo brasileiro facilita a invasão e a devastação dos territórios indígenas. O presidente Bolsonaro, com seus discursos de ódio e atos contrários aos nossos direitos, põe em sério perigo a nossa integridade territorial, cultural e física”, denuncia a liderança Adriano Karipuna, do povo Karipuna, de Rondônia, em um dos espaços de fala. Confira abaixo todas as incidências.

- **07/03:** Diálogo geral para atualizar o Alto Comissariado com a participação da Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet e do arcebispo de Porto Velho, Rondônia, e presidente do Cimi, Dom Roque Paloschi, que apresentou o retrato da atual situação dos povos originários no Brasil, agravada pela crise sanitária da Covid-19 e pelo o aumento das invasões dos territórios indígenas por grileiros, garimpeiros, madeireiros e outros invasores.

O contexto é marcado pelo alto número de mortes ocorridas em decorrência da má gestão do enfrentamento à pandemia, a desinformação e negligência do governo federal. Na ocasião, Presidente do Cimi denunciou política anti-indígena do governo na ONU.

- **10/03:** Diálogo interativo com o relator especial sobre liberdade religiosa ou crença, com a contribuição de Taty Nhandeva, liderança indígena do povo Guarani Kaiowá/MS, que abordou a constância dos ataques contra as casas de reza e rituais tradicionais enfrentados por seu povo. Segundo a Aty Guasu – Grande Assembleia dos povos Kaiowá e Guarani, pelo menos sete casas de reza Guarani e Kaiowá foram criminosamente incendiadas em 2021.

“A cada dia, igrejas evangélicas fundamentalistas invadem nossos territórios, deixando um rastro de extermínio cultural. Queimar uma casa de reza representa uma violência tão profunda que atinge nosso corpo, mente e alma”, denunciou a indígena.

Tatiane pediu ao Relator Especial que questione o Brasil sobre as ações tomadas para proteger as casas de reza Kaiowá e Guarani e sobre as iniciativas tomadas para “condenar rigorosamente todos estes atos” cometidos por fundamentalistas contra a espiritualidade tradicional indígena.

“Em 2020, minha avó Roberta Ximenes, de 82 anos, uma liderança religiosa do meu povo, teve sua casa de reza incendiada. Nela, minha avó protegia objetos sagrados do meu povo que tinham mais de 200 anos”, relatou Tatiane ao relator da ONU. “Naquele ano, outras duas casas foram queimadas, e em 2021 outras oito casas de reza foram destruídas”.

- **10/03:** Diálogo interativo com o relator especial sobre as obrigações de direitos humanos relacionadas ao gozo de um ambiente seguro, limpo e saudável e ambiente sustentável. A fala foi realizada por Adriano Karipuna, Liderança do povo Karipuna, de Rondônia, que retornou à ONU para denunciar invasões e grilagem de terras na Terra Indígena (TI) Karipuna, em Rondônia.

Em 2021, os Karipuna chegaram processaram a União, Funai e estado de Rondônia por invasões e pela devastação da terra indígena. No mesmo ano, houve um aumento de 44% no desmatamento registrado na TI em relação ao período anterior, pondo em risco a sobrevivência dos Karipuna e dos povos que vivem em isolamento voluntário naquela região.

Do coração da Amazônia, na voz do povo Karipuna, surge um apelo ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU): “Meu povo está desesperado. Tememos ser assassinados dentro de nossa própria aldeia”, afirmou.



Foto: Matheus Alves

“Caso não sejam tomadas providências imediatas, a única alternativa que nos restará para nos mantermos vivos será pedirmos asilo político. Estamos cercados pelos invasores do nosso território. Estamos sob risco intenso de deixarmos de existir enquanto povo”, denunciou a liderança do povo Karipuna ao Conselho da ONU. O temor tem raízes históricas. Na década 1970, o povo Karipuna foi praticamente dizimado após contato desastroso promovido pelo Estado brasileiro.

As invasões, a grilagem de terras e a destruição da floresta no interior da TI Karipuna têm sido constantemente denunciadas aos órgãos de fiscalização no Brasil e para a própria ONU. Apesar disso, “continuamos sendo atacados”, lamenta Adriano.

- **11/03:** Diálogo interativo com o relator especial sobre a situação de defensor dos direitos humanos. As denúncias foram realizadas por Jair Maraguá, lideranças do povo Maraguá ameaçada no massacre do Rio Abacaxis/AM.

O massacre é um exemplo emblemático da violência das forças policiais do Estado e também da impunidade. Ribeirinhas e indígenas contam viver com muito medo depois do massacre e sofrem com a insegurança e com o descaso das autoridades sobre o ocorrido. “Antes disso, nós conseguimos evitar um pouco das invasões. Mas agora já não há controle e roubam tudo o que preservamos”, denunciou a liderança Maraguá à ONU.

Ribeirinhos e indígenas relatam o aumento da violência e a expansão do tráfico, invasões ilegais de madeireiros, caçadores, pescadores predatórios e garimpeiros. “As invasões continuam e as ameaças também. Queremos ajuda da ONU para seguir protegendo nosso povo e a natureza”, apelou o tuxaua Maraguá. Sem respostas do Estado brasileiro, ao completar um ano do massacre, organizações indígenas e indigenistas que acompanham o caso realizaram o webinar “Um ano do massacre do Abacaxis: Haverá justiça?”, com o objetivo de cobrar que o caso seja apurado e os culpados, punidos.

- **21/03:** Diálogo geral sobre situações de direitos humanos que exigem atenção do Conselho. A incidência foi realizada pelo Secretário Executivo do Cimi, Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, que trouxe ao Conselho a visão geral da situação do Brasil, bem como o contexto de violações e violências enfrentadas pelos povos indígenas no país.

Em 2020, “aumentou as invasões e a exploração ilegal dos recursos naturais nos territórios indígenas, principalmente por madeireiros e pela mineração, afetando pelo menos 201 terras indígenas no Brasil”, destacou o Eduardo. Esse foi o quinto aumento consecutivo registrado nos casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio. “A paralisação da demarcação de terras indígenas representa um vetor para todas as demais violações em curso”, frisou.

Conforme o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados 2020, o segundo ano do governo de Jair Bolsonaro representou, para os povos originários, a continuidade e o aprofundamento de um cenário extremamente preocupante em relação aos seus direitos, territórios e vidas, particularmente afetadas pela pandemia da Covid-19.

“Nesse mesmo ano, o número de assassinatos de indígenas chegou a 113 casos”, reforçou o secretário executivo do Cimi ao Conselho. O número de mortes foi ainda maior devido à má gestão, desinformação e negligência do governo federal no enfrentamento à pandemia. Com frequência e em diversos territórios, a Covid-19 levou as vidas de anciões e anciãs, guardiões da cultura, da história e dos saberes de seus povos, o que representa uma perda cultural sem dimensões.

Indígenas e suas organizações tem denunciado o aumento das invasões e a gravidades desses confrontos, como também lembrou Eduardo, “alertas de atrocidades foram emitidos pela assessora do Secretário Geral de Prevenção ao Genocídio, no CERD [Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial] e pela Alta Comissária”.

A política anti-indígena do governo federal tem agravado este cenário imposto aos povos originários do Brasil, inclusive aos povos indígenas livres, ou em isolamento voluntário. Por meio de decretos, instruções normativas e Projetos de Lei, o direito originário dos povos tem sido usurpado, colocando em risco seus territórios e seus modos de vida. “Este quadro é agravado pelo Projeto de Lei 191/2020, que libera a mineração em terras indígenas e vai ser apreciado pelo Congresso em regime de urgência”, alerta o secretário do Cimi.

- **25/03:** Diálogo geral que busca acompanhar e implementar a Declaração e Programa de Ação de Viena, com a participação de Pedro da Silva Souza, da Equipe de Apoio aos Povos Indígenas Livres (EAPIL), e do Cimi Regional Norte I. “o governo se abstém de sua obrigação constitucional de demarcar e proteger as terras indígenas”, denuncia Pedro. Conforme o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2020, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), pelo menos 21 Terras Indígenas com registros da presença de povos isolados estão invadidas. Neste ano, 2022, “tivemos conhecimento de que a Funai [Fundação Nacional do Índio] havia desconsiderado três informes técnicos que confirmavam, desde o ano passado, a existência de um novo grupo de indígenas isolados no estado do Amazonas, próximo ao Mamoriá”, relembra o integrante da Equipe de Apoio aos Povos Indígenas Livres do Cimi. É com preocupação que o Cimi denuncia a posição anti-indígena do atual governo brasileiro e faz um apelo ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. Que adote “medidas urgentes que obriguem o Estado brasileiro à imediata proteção dos povos indígenas em isolamento voluntário e evite este genocídio”, conclui Pedro.

Mês de conscientização: março tem Dia Internacional da Mulher, Dia da Água, das Florestas e mais

Datas que levantam bandeiras importantes para a sensibilização coletiva e que trazem luz aos debates

Por **Hellen Loures**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

O mês de março é recheado de celebrações significativas para a sociedade. Datas que anualmente trazem pautas primordiais para o centro das discussões e que fortalecem a luta conjunta, promovendo novos desdobramentos por meio do resgate do contexto histórico daquela comemoração. No dia 8 de março, comemora-se o dia internacional das mulheres, data símbolo da luta das mulheres por seus direitos. Já no dia 14 desse mês, é comemorado o Dia Mundial de Luta dos Atingidos por Barragens, seguido do Dia da Escola, numa terça-feira (15). Já no dia 21 de março, comemora-se o Dia Internacional das Florestas e o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, seguido do Dia Mundial da Água (22). E, por fim, no dia 24, temos o Dia Internacional para o Direito à Verdade para as Vítimas de Graves Violações dos Direitos Humanos, trazendo luz à reflexão coletiva a respeito da importância do conhecimento de tais violações.

No dia 8 de março, dia internacional das mulheres, faz-se um convite ao debate da luta contra o silenciamento que normaliza a desigualdade e as violências sofridas pelas mulheres, evidenciando assim a tentativa de construção de uma sociedade sem preconceito de gênero. Essa construção de ações para o combate à violência contra a mulher, entretanto, parece não fazer parte dos planos do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) divulgou uma Nota Técnica sobre o uso dos recursos públicos no Ministério da Damares revelando a inoperância da gestão, com o menor orçamento para combater a violência contra a mulher dos últimos quatro anos. “Os números alarmantes de violência contra a mulher são um retrato de um orçamento que não permite que os recursos federais cheguem aos estados e municípios, ou quando chegam é com atraso e em quantidade insuficiente”, comenta Carmela Zigoni, assessora política do Inesc, em nota publicada no site da entidade.

Dentro deste cenário, faz-se necessário obter um recorte da realidade da mulher indígena que, fora os inúmeros



II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas

No dia 8 de março, dia internacional das mulheres, faz-se um convite ao debate da luta contra o silenciamento que normaliza a desigualdade e as violências sofridas pelas mulheres, evidenciando assim a tentativa de construção de uma sociedade sem preconceito de gênero

projetos contrários aos direitos dos povos originários, estão inseridas num contexto onde são impactadas diariamente com múltiplos atos de violência.

Apesar de a mulher indígena possuir uma data comemorativa própria, dia 5 de setembro - como um marco de apoio à luta dessas mulheres por justiça social e em defesa dos direitos individuais e coletivos de seus povos -, o debate se faz necessário em todos os espaços possíveis. São mulheres que estão expostas a múltiplas violências, que sofrem misoginia e violência de gênero por serem mulheres, mas que em razão de sua identidade também sofrem com a violência étnica.

“A ausência de políticas públicas efetivas, somada à existência de uma cultura velada e permissiva de violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto das comunidades indígenas, faz transbordar um cenário de desamparo e esquecimento que urge ser enfrentado”, aponta matéria do Conjur intitulada “2021 termina sem avanço no combate à violência sexual contra indígenas”, por Cecília Mello, Flávia Silva Pinto Amorim e Marcella Halah Martins.

Em audiência pública promovida pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias, e de Defesa dos Direitos da Mulher, em setembro de 2021, lideranças indígenas destacaram seus enfrentamentos referente a esta dupla discriminação: étnica e de gênero. Na ocasião, Alessandra Munduruku, da Associação das Mulheres Munduruku - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), disse que “todos os projetos de lei que estão sendo aprovados no Congresso Nacional estão afetando as mulheres indígenas na base”.

Em mobilização na Câmara dos Deputados, no dia das mulheres, Samêhy Pataxó lembrou o impacto causado pela mineração na vida das mulheres indígenas e a importância de barrar o Projeto de Lei (PL) 191/2020, que libera essa prática - e outras atividades, como agronegócio e grandes obras de infraestrutura - nas terras indígenas de todo o país. “O minério em terras indígenas viola o direito das mulheres. Ele causa diversos transtornos, como estupros, abuso sexual e afeta também a nossa saúde. Não podemos deixar mais isso acontecer”, frisou.



II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas



Dia Mundial de Luta dos Atingidos por Barragens: a devastação e o caos

Em 14 de março, dia Mundial de Luta dos Atingidos por Barragens, nos recordamos com pesar da devastação causada pelo rompimento de várias barragens, entre elas a barragem de rejeitos da Vale S. A. em Brumadinho, na Mina Córrego do Feijão. No dia 25 de janeiro de 2019, essa barragem soterrou 272 vidas, a biodiversidade e o ecossistema local, contaminando toda a bacia do rio Paraopeba e o Lago Três Marias.

Cenário que, mesmo após três anos, continua a interferir na vida da população local, entre elas, indígenas do povo Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe, da Aldeia Naô Xohã, que viviam à beira do Rio Paraopeba, inundado pelos rejeitos de minério, e que sofreram com a contaminaram do rio, dos peixes e com a inutilização de toda a área afetada.

“Perdemos o kekaxá, o rio. Não podemos mais plantar porque a hãhã, a terra, ficou contaminada. Não podemos cultivar a nossa cultura, os awés (rituais) que fazíamos nas beiradas do rio. E agora, com a chuva, fomos expulsos da nossa aldeia. Ficou intransitável”, critica a liderança indígena da aldeia Naô Xohã, Tahhã Pataxó, em entrevista ao Greenpeace. “Se fosse a água pura, poderíamos voltar sem medo de ficar doentes”, complementa.

Hoje, conforme mencionado por Tahhã Pataxó, os indígenas além de sofrerem com o agravamento dos impactos e a situação de contaminação de toda a bacia do Paraopeba, sofrem com as fortes chuvas que atingiram diversas regiões de Minas Gerais, ocorrida entre os dias 8 e 13 de janeiro de 2022, que fez com que os rejeitos de minérios da Vale, a lama tóxica, retornassem às casas.

“A aldeia Naô Xohã precisou ser esvaziada no dia 9 de janeiro, depois das chuvas intensas que atingiram Minas Gerais e que fizeram as águas do rio Paraopeba, já contaminado por metais pesados, invadir nossas casas e outras estruturas da aldeia. Depois de serem resgatados da cheia pelo Corpo de Bombeiros e abrigados em uma escola municipal de São Joaquim de Bicas, e sem condições de voltar ao território contaminado, a Vale



Tahhã Pataxó, liderança indígena da aldeia Naô Xohã

negou a possibilidade de realocar as famílias em local seguro, afirmando que o território não está contaminado e que está em condições dos indígenas voltarem”, disseram os indígenas por meio das redes sociais da aldeia Naô Xohã.

De acordo com Haroldo Heleno, em entrevista para a jornalista Marina de Oliveira, do Cimi, ainda há muitos estragos causados pelas enchentes e pelos grandes empreendimentos, inclusive por barragens de rejeitos de mineração que transbordaram. “O problema de Minas Gerais é a opção que o governo fez pelo processo minerário. Temos situações complicadas como na aldeia Naô Xohã, que fica na beira do rio Paraopeba. Essa aldeia foi recentemente afetada pelo crime cometido pela Vale há três anos e que até hoje não foi resolvido”.

É sabido que a extração mineral gera impactos negativos sobre o meio ambiente e as comunidades que vivem em seu entorno. Apesar disso, grandes empresas continuam insistindo no uso do modelo de mineração predatória, com total falta de transparência e descumprindo regras de segurança.

Na contramão deste modelo que coloca o lucro acima da vida, estão as populações indígenas, que têm protestado pela tomada de suas terras ancestrais e de seus meios de subsistência e contra a poluição do ar, do solo e da água. Enquanto os poderes públicos continuarem sendo coniventes, as comunidades de regiões mineradas continuarão vivendo sob constante risco de novas tragédias e o meio ambiente continua sendo alvo da ganância.



Indígenas Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe, da aldeia Naô Xohã (MG), realizam protesto contra a Vale três anos após o crime cometido pela mineradora

Foto: Guilherme Cavallini/IM



Foto: Marina Oliveira/Cimi



Crianças indígenas em sala de aula

Foto: Andreas Kuno Richter

No Dia da Escola, estudantes indígenas seguem sem aulas

No dia 15 de março comemora-se o dia da escola, mas para os cerca de 240 estudantes de dez aldeias Apinajé no Tocantins – que sofrem sem acesso a escola devido à falta de transporte – não há o que comemorar.

De acordo com Eliane Franco Martins, coordenadora do Conselho Indigenista Missionário – Cimi Regional Goiás/Tocantins (GO/TO), todas as escolas indígenas do Tocantins são atendidas pelo estado. No entanto, os indígenas foram surpreendidos no retorno do ano letivo: o transporte escolar foi municipalizado – agora apenas os estudantes do município de Tocantinópolis são contemplados com esse serviço.

“O território indígena pertence a outros municípios, como São Bento e Maurilândia. E agora, o município de Tocantinópolis, através dessa municipalização, só quer fazer o transporte dos alunos que pertencem ao município de Tocantinópolis. Esse

Organizações de Mulheres Indígenas no Brasil: resistência e protagonismo

Em todo o país, mulheres indígenas se organizam e criam suas próprias associações; novo mapa do ISA mostra quais são elas

Por ISA - Instituto Socioambiental

O protagonismo e o empoderamento impulsionou para que mulheres indígenas em todo o país criassem suas próprias organizações, ou departamentos em entidades históricas do movimento indígena, como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), o Conselho Indígena de Roraima (CIR) e a Articulação dos Povos Indígenas do Xingu (Atix).

Em fevereiro de 2020, o Instituto Socioambiental (ISA) mapeou 85 organizações de mulheres indígenas e sete organizações indígenas que possuem

departamentos de mulheres, totalizando 92 organizações, presentes em 21 estados do país.

Com objetivo de ampliar a visibilidade dessas associações, o Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas produziu um mapa das organizações de mulheres indígenas e seus territórios de atuação. Acreditamos que fortalecer a visibilidade das organizações de mulheres indígenas contribui para consolidar a rede de articulação do movimento indígena como um todo.

No Brasil, desde a década de 1980, o movimento indígena se fortaleceu e é crescente o número de organizações indígenas de atuação local, regional e nacional. Estas organizações passaram a ser protagonistas nos processos de



Leia o QR Code com a câmera do seu celular para acessar o mapa das organizações de mulheres indígenas

luta pela conquista e garantia dos direitos dos povos indígenas e na execução de projetos comunitários de geração de renda, gestão territorial, manejo florestal, agroextrativismo, educação, saúde. Atualmente existem

mais de mil organizações indígenas, desse total, cerca de 9% são organizações de mulheres.

A existência de tantas organizações indígenas atuando em todas as regiões do país ainda é de desconhecimento de grande parte da sociedade brasileira. Mesmo as organizações indígenas, principalmente as de atuação local, não têm, em sua maioria, a dimensão do crescente número de organizações indígenas existentes no país.

De diversas formas as mulheres estão traçando e ampliando sua participação em organizações próprias, somando com o movimento indígena e ampliando as conquistas de suas demandas específicas. [Prova disso foi a II Marcha Nacional das Mulheres

Indígenas, em 2021, quando mais de cinco mil mulheres indígenas, pertencentes a 185 povos, marcharam pelas ruas da capital em defesa de seus corpos-territórios e pelo fim do genocídio dos povos originários, mostrando a força das mulheres guerreiras da ancestralidade na luta pela vida.

Ressaltamos que esse é um processo de levantamento contínuo. A cada ano são criadas novas organizações, o que pode implicar em organizações de mulheres indígenas que deverão ser incluídas nesse mapeamento. Por isso, informações são valiosas para a manutenção do mapa atualizado. Informações e contribuições poderão ser encaminhadas para: pib@socioambiental.org



Foto: Cimi Regional GO/TO

Indígenas do povo Apinajé, do Tocantins, reivindicam volta do transporte escolar e aquisição de materiais escolares

serviço de transporte escolar sempre foi feito pelo estado e não pelo município. Então fizeram a municipalização desse serviço sem a consulta livre, prévia e informada ao povo Apinajé. Agora os alunos estão há duas semanas sem ir para a escola por falta de transporte escolar”, explica Eliane.

E não é só a má gestão do transporte escolar que está afetando a realidade do povo Apinajé: a falta de materiais para estudar também gerou impactos na realidade de crianças, adolescentes e das famílias dos estudantes. Em documento entregue à prefeitura e à DRE de Tocantinópolis, as lideranças também mencionaram esse problema.

“Outra reclamação dos pais e mães dos estudantes é em relação à interrupção repentina da compra de material escolar, como cadernos, lápis, borracha e outros itens garantidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBD). Em razão de nossa vulnerabilidade econômica, declaramos que não podemos aceitar essa medida que dificulta e restringe nosso direito de educar nossos filhos. Entendemos que o estado, através da Seduc, deve atuar para facilitar e garantir o direito e acesso ao ensino e aprendizagem dos estudantes indígenas em todas as suas fases ou etapas”, afirmam as lideranças.

O artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBD), entretanto, considera como despesas de “manutenção e desenvolvimento do ensino” aquelas voltadas a garantir os objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis. Essa definição compreende as despesas que se destinam à aquisição de material didático-escolar e à manutenção de programas de transporte escolar.

“A compra desses materiais é feita pelas associações das escolas indígenas, da Diretoria Regional de Ensino, da Seduc. Agora a Diretoria Regional de Educação de Tocantinópolis está negando a aquisição desse material. Então os alunos estão sem materiais para ir para a escola, porque a diretoria não comprou. Mas a associação indígena tem recurso para adquirir”, explica Eliane Franco.

A educação escolar indígena no Brasil

Por Luís Donisete Benzi Grupioni*

Avanços e consensos na área de educação escolar indígena se deram tanto no plano legal quanto no plano administrativo. Todavia, ainda não se estruturou um sistema que atenda às necessidades educacionais dos povos indígenas de acordo com seus interesses, respeitando seus modos e ritmos de vida, resguardando o papel da comunidade indígena na definição e no funcionamento do tipo de escola que desejam. A impressão que se tem é que a educação escolar indígena caminha a passos lentos: avança-se em direção a algumas conquistas, mas inúmeros obstáculos se apresentam a cada momento.

Nesse contexto, um registro deve ser feito: a educação escolar indígena virou uma pauta política relevante dos índios, do movimento indígena e de apoio aos índios. Deixou de ser uma temática secundária, ganhou importância à medida em que mobiliza diferentes atores, instituições e recursos. Encontros, reuniões e seminários têm se tornado recorrentes para a discussão da legislação educacional, de propostas curriculares para a escola indígena, de formação de professores índios, do direito de terem uma educação que atenda a suas necessidades e seus projetos de futuro. Hoje não mais se discute se os índios têm ou não que ter escola, mas sim que tipo de escola.

Por Instituto Socioambiental

Além de serem indispensáveis à sobrevivência física e cultural dos povos indígenas, as TIs têm papel fundamental na conservação ambiental. As grandes extensões de vegetação nativa conservadas nas Terras Indígenas são responsáveis pela manutenção de serviços ecossistêmicos essenciais, como a regulação climática e do regime de chuvas, a manutenção dos mananciais de água, a estabilidade e fertilidade do solo, controle de pragas e doenças, entre outros. Todas essas funções são benéficas não apenas à agricultura e à pecuária, mas também à manutenção da indústria e das cidades.

Esses territórios são os mais preservados entre as áreas oficialmente protegidas pela legislação, sendo reconhecidos pelas pesquisas como as principais barreiras contra o desmatamento e o avanço da fronteira agropecuária. Na Amazônia, cerca de 98% de sua extensão total está preservada. Fora da região, em geral as TIs abrigam o pouco de vegetação nativa que restou.

Os territórios indígenas resfriam a superfície e influenciam as circulações atmosférica e oceânica globais, ajudando a baixar a temperatura do planeta. Por exemplo, a substituição das florestas para o cultivo de pastagens ou culturas agrícolas resulta em um aumento de temperatura regional

Qual a importância ambiental e climática das Terras Indígenas?

de 6,4 oC e 4,2°C, respectivamente. Como consequência, ocorre uma variação no ciclo hídrico regional, que coloca em risco a qualidade de vida, a agricultura e a pecuária.

As diferenças entre áreas dentro e fora do Território Indígena do Xingu (TIX), no nordeste do Mato Grosso, por exemplo, podem chegar a um intervalo entre 4 oC e 8 oC, conforme estudo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Fora da TI, é mais quente por causa do desmatamento.

Cerca de 5,2 bilhões de toneladas de água são transpiradas diariamente pelas árvores existentes nas TIs da Amazônia. Para comparação, o volume despejado no Oceano Atlântico pelo Rio Amazonas é de pouco mais de 17 bilhões de toneladas por dia. O volume de água fornecido pelas florestas das TIs amazônicas daria para encher diariamente quase 80 vezes todas as caixas d'água do Brasil.

Na Amazônia brasileira, as comunidades indígenas protegem e manejam áreas que armazenam 27% dos estoques de carbono da região, o que representa aproximadamente 13 bilhões de toneladas. Esta quantidade não considera o carbono armazenado no solo, que possui, em média, um estoque entre 40 e 60 toneladas por hectare. Esta retenção do carbono pelas florestas ajuda a conter o acúmulo de CO₂ na atmosfera, com efeitos positivos na redução do aquecimento global.



Foto: Hellen Loures/Cimi

O Dia Internacional das Florestas e os guardiões de todas as formas de vida que nela habitam

O Dia Internacional das Florestas, 21 de março, foi criado em 1971 pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de conscientizar a respeito da importância dos ecossistemas florestais. E como falar em floresta sem falar dos indígenas, os guardiões da floresta e de todas as formas de vida que nela habitam, cuja as vidas estão vinculadas à terra em perfeita comunhão?

Frente a um ambiente em constante mudança, cada vez mais degradado, os povos indígenas desenvolveram alternativas de manejo para conservar seu território e encontram maneiras de preservar suas florestas no contexto da emergência climática e no avanço desenfreado do desmatamento.

“É preciso acabar com o mito iluminista quanto à suposta natureza intocada, segundo a qual os indígenas seriam apenas passivos. Havia e há etnoconhecimentos profundos e originários desprezados pelos descendentes de europeus. Manejos agroflorestais imemoriais dos ameríndios que permitiram o aparecimento de pomares de castanheiras e açaizeiros na Amazônia, do pequi no Cerrado, da Juçara na Mata Atlântica, dos pinheirais de araucária no Planalto Meridional e dos ervais (erva-mate) e dos butiazais (palmars) no sul do Brasil”, disse José Otávio Catafesto de Souza, professor de Antropologia, e Carmem Lúcia Thomas Guardiola, pesquisadora do LAE/UFRGS, em artigo que analisa os retrocessos recentes nas políticas de demarcação territorial de populações originárias, publicado no site “Jornal da Universidade”.

Dia de luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia, a intolerância e a perseguição

No dia 21 de março é celebrado o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. A data foi instituída em 1966 pela ONU, em memória à tragédia que ficou conhecida como Massacre de Shaperville, em 1960, na cidade de Joanesburgo, na África do Sul, quando 69 jovens negros foram assassinados e mais de 200 ficaram feridos apenas por terem saído às ruas, pacificamente, para reivindicar a extinção da Lei do Passe, que obrigava os negros a portarem cartões com o registro dos locais por onde lhes era permitido circular.

Desde a colonização, os povos originários no Brasil também enfrentam o racismo, a discriminação racial, a xenofobia, a

* Publicado pelo Site Povos Indígenas no Brasil, com a adaptação do texto originalmente publicado no livro Povos Indígenas no Brasil 1996/2000 - ISA.

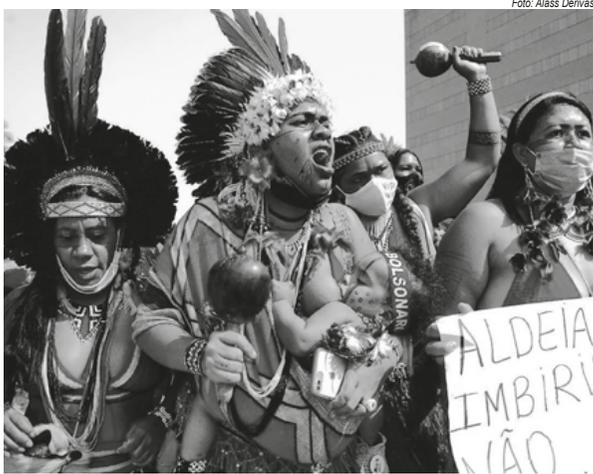


Foto: Alass Derivas

intolerância e a perseguição. Somente em 2020, segundo dados do Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), foram registrados 15 casos de violências contra os povos indígenas nesta categoria. Casos que revelam apenas uma minúscula parcela da realidade ocorrida de norte a sul do Brasil, uma vez que situações de racismo, discriminação e preconceito contra os povos indígenas são percebidas histórica e cotidianamente.

“Os casos nesta amostragem causam espanto pelo grau de desrespeito a essa população e, mais ainda, quando se constata que um dos principais agentes motivadores da violência tenha sido o presidente da República, ocupante do mais alto cargo público do país. Também é importante observar que em pelo menos quatro dos casos registrados o preconceito direcionado aos povos indígenas está diretamente vinculado ao contexto da pandemia de coronavírus. Além do descaso que enfrentaram no combate à própria pandemia em suas comunidades e territórios por parte do Estado, os povos indígenas ainda foram penalizados, em muitas situações, pelo preconceito, como se fossem culpados pelo fato de terem sido mais afetados pela doença”, aponta o Relatório.

Dia Mundial da Água: pela sobrevivência de todos os ecossistemas do planeta

No dia 22 de março é celebrado o Dia Mundial da Água. A data foi criada pela ONU (Organização das Nações Unidas) com o objetivo de conscientizar sobre o desperdício de recursos hídricos e sobre a importância de poupá-los, alertando a população internacional sobre a preservação da água para a sobrevivência de todos os ecossistemas do planeta.

“O equilíbrio e o futuro de nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos. Estes devem permanecer intactos e funcionando normalmente para garantir a continuidade da vida sobre a Terra. Este equilíbrio depende em particular, da preservação dos mares e oceanos, por onde os ciclos começam.” (Artigo 4 da “Declaração Universal dos Direitos da Água”)

Neste dia, lembramos, com pesar, da fala preconceituosa do vice-presidente Hamilton Mourão em apoio ao veto do presidente da República de garantia de fornecimento de água potável aos povos indígenas. Na ocasião, Mourão afirmou que os indígenas não precisariam de água potável, já que “se abastecem da água dos rios que estão na sua região”. Tal fala além de remeter a um preconceito descabido contra os povos indígenas, desconsidera o fato de que grande parte dos rios nos territórios indígenas está poluída, devido à ação de invasores, como garimpeiros e fazendeiros, e que muitas comunidades não tem sequer acesso a água potável.

O agronegócio brasileiro utiliza cerca de 80% da água doce destinada ao abastecimento da população brasileira, segundo levantamento da Agência Nacional de Águas. A devastação ambiental causada pela presença garimpeira provoca a contaminação dos principais cursos d’água com mercúrio. Além da captura e esbulho das águas, a contaminação dos rios é muito grande por causa das imensas lavouras. Altas concentrações de agrotóxicos são despejadas nas plantações, na maioria das vezes, por aviões pulverizadores, atingindo as populações locais.

De acordo com dados de controle do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano



Foto: Ricardo Stuckert

(Sisagua), do Ministério da Saúde, de 2014 a 2017, foram encontrados 27 tipos de agrotóxicos na água que abastece o município de Formoso do Araguaia. Dessas substâncias, onze são associadas a doenças crônicas como câncer, defeitos congênitos e distúrbios endócrinos. Sem voz, a população ribeirinha é invisível neste processo e enfrenta, sozinha, as consequências dos registros de vários casos de câncer, que afetam a dinâmica das comunidades, com gastos extras com remédios e tratamentos especializados. A situação é paradoxal. Apesar de habitar uma região rica em rios, as comunidades indígenas, camponesas e ribeirinhas são obrigadas a conviver com a escassez de água.

O Dia 24 de março e as violações dos Direitos Humanos: uma reflexão coletiva

O Dia Internacional para o Direito à Verdade para as Vítimas de Graves Violações dos Direitos Humanos foi incluído no calendário brasileiro em 2010, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e, em 2018, também por meio da Lei nº 13.605/18, que dedica o dia 24 de março à “reflexão coletiva a respeito da importância do conhecimento circunstanciado das situações em que tiverem ocorrido graves violações aos direitos humanos, seja para a reafirmação da dignidade humana das vítimas, seja

Juntos pelo Ribeirão: ação educativa busca estimular alunos de Palmas a preservarem o Taquaruçu Grande

Por **Laudovina Pereira**, Cimi/Regional Goiás-Tocantins

A erosão e o assoreamento, provocados pelo desmatamento, são os principais fatores de degradação do Ribeirão Taquaruçu Grande, responsável por 66% do abastecimento de água de Palmas, capital do Tocantins. Essas informações fazem parte do livreto “Preservar a água é garantir a vida”, lançado no dia 22 de março, Dia Mundial da Água, na Escola de Tempo Integral Fidêncio Bogo, em Palmas, no Tocantins. A publicação, de 41 páginas, foi entregue aos estudantes do 6º ao 9º ano das escolas de Palmas. A iniciativa é do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Regional Goiás/Tocantins e da Associação Água Doce – Movimento de Proteção ao Taquaruçu Grande.

Segundo o pesquisador Altair Sales Barbosa, em média dez pequenos rios desaparecem a cada ano no Bioma Cerrado devido ao desmatamento, provocado principalmente pelo avanço da monocultura. Segundo ele, que é referência no tema, esses cursos d’água são alimentadores de rios maiores, com a redução do volume de água, a vazão diminui ao longo da bacia comprometendo todo o ecossistema e a biodiversidade. É o que se vê hoje na bacia do Taquaruçu Grande. A degradação tem provocado a redução da vazão de água do ribeirão ao longo dos anos.

Buscando trazer toda essa realidade para o cotidiano dos estudantes, a publicação traz questionamentos simples como: onde brota a água que chega até a torneira da sua casa? A água que você consome é captada de algum rio e faz parte dos 2,5% da água doce do planeta. E ainda revela



que a quantidade de água existente é a mesma, por isso é vital preservar.

Estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) revelam que se nada for feito, o mundo enfrentará um déficit hídrico global de 40%, até o ano de 2030. A falta de água afetará diretamente a população, pois não terá água para agricultura, a indústria e residências, para o comércio, pesca e lazer. Segundo os especialistas é preciso desenvolver ações de preservação da natureza diminuindo o desmatamento e a poluição, fazendo a gestão racional da água, procurando meios de evitar o desperdício e equilibrando com justiça o uso e o acesso à água.

para a superação dos estigmas sociais criados por tais violações”.

A data busca honrar a memória de vítimas de tais violências e também presta tributo aos que perderam suas vidas em prol da defesa e proteção dos direitos humanos. O dia 24 de março faz referência ao assassinato do Arcebispo Oscar Arnulfo Romero, de El Salvador, que denunciava violências sofridas por comunidades vulnerabilizadas de seu país e fazia oposição a todas as formas de violência.

Os povos originários são um dos grupos que mais sofrem graves violações de direitos humanos no Brasil. De acordo com o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), ao menos 8.350 indígenas foram mortos durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), em decorrência da ação direta ou da omissão de agentes estatais, número que deve ser exponencialmente maior, pois os dados são escassos e representam apenas uma parcela desses povos.

Com o fim da ditadura brasileira, entretanto, as violações aos direitos humanos impostas aos povos indígenas não findaram, pelo contrário, as omissões do Estado brasileiro, a exemplo da inabilidade de gestão da pandemia, se somam às inúmeras violências decorrentes da falta de demarcação das terras indígenas, sem falar no risco aos direitos originários, com a discussão sobre o marco temporal, o que traz mais vulnerabilidade aos povos.



Foto: Tjane Fernandes/Greenpeace

Novo assalto às áreas indígenas da Amazônia

Mineradoras e governantes estão eufóricos com a guerra entre Rússia e Ucrânia: é a desculpa que precisavam para avançarem sobre os territórios indígenas

Por **Egydio Schwade**

A guerra Rússia-Ucrânia trouxe consequências para o nosso país. Entre elas, a interrupção do fornecimento de fertilizantes, em especial, o potássio de Belarus, aliada dos russos.

As empresas de mineração, nacionais e multinacionais, e os governantes não se abalam com isto. Ao contrário, estão eufóricos. É a desculpa que precisavam para avançarem, desta vez, sobre o território dos índios Mura e Munduruku de Autazes e Nova Olinda do Norte, depositários deste mineral. Os empresários exploradores do potássio e o governo esperam obter grandes lucros, não importam os prejuízos que causarão a estes povos.

Lembremos que há poucos meses iniciou o saque do gás do município de Silves. Comboios de carretas com gás provindo de Silves passam diariamente, aqui, pela BR-174, em frente à minha casa, rumo a Roraima. Fala-se de 20 carretas por dia.

Já em sentido contrário, seguem, diariamente, saindo das minas do Pitinga, em nosso município, em torno de 400 caçambas de minérios estratégicos, os mais cobiçados do mundo. E desde o início dos anos 1980, venho denunciando



Mina do Pitinga, explorada pela Mineração Taboca, em Presidente Figueiredo (AM), próxima à TI Waimiri-Atroari – que já teve rios e igarapés contaminados por vazamento de rejeitos do empreendimento

esse saque da Mina do Pitinga, efetivada pela Mineração Taboca. O que fica para o povo local são rodovias, estradas e ramais esburacados, ameaçadoras barragens de rejeitos e áreas devastadas, com um solo inutilizado. E a morte. É o que senti na pele o povo Waimiri-Atroari.

E como areia nos olhos do povo local, ficam os memoriais homenageando os responsáveis por este crime: município de ‘Presidente Figueiredo’, Escola ‘Otávio Lacombe’, Escola ‘Nelson Dorneles’, Escola de Mineração ‘Gilberto Mestrinho’, Escola Estadual ‘Amazonino Mendes’....

Para o povo do estado de Minas Gerais, quais foram os reais benefícios que as minas gerais lhe trouxeram? Inúmeros prejuízos. Só na última década, mais de 500 mortos por rupturas de barragens de contenção de rejeitos minerais, a “veia aorta” do Estado, o Rio Doce, com seus recursos hídricos inutilizados para consumo de qualquer ser vivo. E os recursos financeiros estão estocados, por ricaços, em bancos e paraísos fiscais.

A História do Brasil nos ensina que os governos que aqui se instalaram desde 1500, a partir dos portugueses, ainda não conseguiram ver e aceitar a existência da gente originária, dos reais donos deste chão. Seus olhos míopes só enxergam algo através da mesma peneira garimpeira do Pero Vaz de Caminha:

(Os índios) “Entraram. (...) um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata.

Viu um deles umas contas de rosário, brancas; acenou que lhas dessem, folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço. Depois tirou-as e enrolou-as no braço e acenava para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, como dizendo que dariam ouro por aquilo.(...)”

“Falava, enquanto o Capitão esteve com ele, perante nós todos, sem nunca ninguém o entender, nem ele a nós quantas coisas que lhe demandávamos acerca de ouro, que nós desejávamos saber se na terra havia”.

Isto tomávamos nós assim por assim o desejarmos. Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não o queríamos nós entender, porque não lho havíamos de dar. E depois tornou as contas a quem lhas dera”.

Alguma diferença de atitude e de visão quando olhamos para os objetivos dos governantes contemporâneos? Seus olhos não enxergam seres vivos, procuram “almoxarifados” de riquezas: de ouro, prata, nióbio, tântalo, ítrio, colúmbio, criolita, potássio, pau-brasil, especiarias, borracha, madeira de lei, correntes de água para produção de energia elétrica, para cidades e indústrias. O dono da terra que reclamar e não colaborar no saque, não deve existir, precisa desaparecer. E para isto vale tudo: a “mentira”, cria-se “descobridores”, “falsos donos”; o “preconceito” contra a sua cultura, contra seu modo de vida, contra sua ciência milenar... Aos sobreviventes fica, como única alternativa, a “integração à sociedade nacional”, que passa pela “desintegração”, ou seja, pelo etnocídio. E quando os governos são pressionados a devolver um pouco de dignidade, criam-se leis e mais leis, PECs e PLs que acabam em novas maneiras de oficialização da ganância do invasor.

O que se reserva para os Mura de Autazes e os Munduruku de Nova Olinda do Norte, para além do saque de suas riquezas, é a destruição de dois povos com uma História altiva em defesa da Amazônia (O povo Mura sustentou por mais tempo a luta dos cabanos contra os saqueadores da Amazônia), a depredação de seus castanhais e florestas, a contaminação do seu território, endemias e doenças se proliferando e um solo alterado. No caso, algo extremamente grave vai ocorrer a toda a população da área. Ao que se sabe, a extração do potássio de Autazes exige a remoção de uma camada de sal que será depositada na superfície. Levada pelo vento irá contaminar toda a região.

Isto não é uma vergonha para os governantes? Isto não é uma covardia? Isto não é uma incoerência com os princípios cristãos que supostamente norteiam os invasores? Isto não é uma estagnação histórica?

Ceterum censeo – de resto eu penso: a mineração, como está sendo feita no Brasil, só traz prejuízos para o povo do país. Por isso, deverá ser suspensa e planejada sobre um modelo que traga, primeiramente, benefícios para a população local.

Casa da Cultura do Urubú, dia 9 de março de 2022

Povos indígenas da Bahia na luta por seus direitos constitucionais

Há poucos dias do Acampamento Terra Livre (ATL) - momento em que povos indígenas de todo o Brasil se reúnem para articular e fortalecer a luta e a resistência do movimento indígena - e Brasília já está tomada pela mobilização dos povos originários. Cerca de 150 indígenas do estado da Bahia desembarcaram na capital federal para uma agenda de incidências. Entre as pautas da delegação, está o combate aos projetos de lei que caminham na direção contrária dos direitos originários.

Entre os povos presentes, estiveram Tupinambá de Olivença, Pataxó, Tupinambá, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Kamacã, Kiriri do norte e do oeste da Bahia, Atikum, Tumbalalá e Truká. Lideranças da Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia (Finpat), do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba) e do Movimento Indígena da Bahia (Miba) também acompanharão a agenda na capital.

Além de cobrar dos poderes Executivo e Judiciário o apoio e a efetivação de políticas públicas para suas comunidades, os indígenas se mobilizaram para derrubar projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, como o PL 490/2007, que inviabiliza a demarcação das terras indígenas (TIs) de



Indígenas da Bahia em manifestação contra o PL 191 no Ministério do Meio Ambiente

todo o país, e o PL 191/2020, que regulariza a mineração nas TIs e que vinha sofrendo pressão da base governista para que seja apreciado em caráter de urgência.

A agenda é vista como a “continuidade” dos atos que ocorreram em Brasília e em todo o país no ano passado, o que inclui o pedido para retomar o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, processo de repercussão geral que pode definir o futuro das demarcações de terras indígenas no Supremo Tribunal Federal (STF).

Insensível à mobilização de povos indígenas e aliados em Brasília, Câmara aprova urgência do PL 191

Em dia marcado por manifestações de indígenas, artistas e parlamentares, Câmara aprovou urgência do PL 191/2020, que libera mineração em terras indígenas

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Ato pela Terra, reuniões com parlamentares, marcha indígena e mobilizações em órgãos públicos realizados no dia 9 de março agitaram Brasília. Apesar das mobilizações para barrar o Projeto de Lei (PL) 191/2020, a Câmara dos Deputados aprovou, já durante a noite, o requerimento de urgência para a tramitação do projeto que libera mineração e outras atividades, como agronegócio e grandes obras de infraestrutura, nas terras indígenas de todo o país, colocando em risco a vida dos povos originários e promovendo a devastação ambiental.

O requerimento do líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR), foi levado à votação pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e aprovado por 279 votos a 180. Lira garantiu o compromisso firmado com líderes da oposição de que o PL só será levado ao plenário em abril e de que será formado um Grupo de Trabalho (GT) para analisá-lo, formado por 20 deputados – 13 da maioria e sete da minoria.

A delegação de cerca de 150 indígenas de diversos povos da Bahia presentes em Brasília seguiu mobilizada, pressionando por várias frentes e somando forças com parlamentares aliados, artistas, integrantes de coletivos e com a sociedade civil. Os protestos começaram cedo na capital federal, quando os cerca de 150 indígenas de diversos povos da Bahia realizaram uma caminhada pela Esplanada dos Ministérios e seguiram até à Câmara dos Deputados, onde realizaram um ato contra a agenda de retrocessos em seus direitos. As lideranças indígenas também foram recebidas por parlamentares e expressaram sua posição contrária às propostas legislativas que atacam seus direitos.

“Esse projeto de lei é maléfico aos povos indígenas brasileiros, [causando] desde a contaminação das nossas águas, dos nossos solos, até a devastação das nossas florestas e a invasão dos territórios indígenas tradicionais, território sagrado. Os povos indígenas da Bahia vêm manifestar a posição contrária ao PL 191, que autoriza mineração em terra indígena e é inconstitucional. A Constituição garante o direito territorial das nossas tradições, da nossa vivência harmônica com o meio ambiente e o PL ele vem justamente trazer a invasão dos nossos territórios”, afirmou o cacique Aruã Pataxó, da aldeia Coroa Vermelha, na Bahia.

Manifesto

Os deputados e senadores da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas divulgaram uma carta-manifesto endereçada ao presidente da Câmara, pedindo que o PL 191 não fosse pauta. “Nenhum depósito de potássio localizado na Amazônia está dentro de terras indígenas já homologadas e apenas 11% têm alguma interferência com terras em processo de demarcação. Ou seja, uma quantidade irrisória de reservas de potássio está em territórios indígenas”, ressaltam os parlamentares da Frente.

O PL 191 “ataca diretamente os direitos dos povos indígenas e a proteção da Amazônia brasileira. Esta legislação não pode ficar registrada na história como a incentivadora da destruição dos povos e das terras indígenas”, descreve o texto.



Ato pela Terra em Brasília

A Frente Parlamentar aliada aos povos indígenas aponta ainda que um estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) mostra que dois terços das reservas nacionais de potássio, principal insumo para a produção de fertilizantes, estão fora da Amazônia Legal, bioma que concentra 98% das terras indígenas homologadas no país. “Segundo a pesquisa, as jazidas já disponíveis e situadas fora de territórios indígenas poderiam suprir a demanda atual de potássio por mais de 80 anos – o que acaba com a justificativa do governo federal para avançar sobre a liberação de mineração nesses territórios”, diz a nota.

Ato Pela Terra

Durante a tarde e a noite, a capital federal também foi marcada pelo Ato Pela Terra, convocado pelo cantor e compositor Caetano Veloso com o intuito de denunciar o chamado “Pacote da Destruição”, que inclui, além da proposta de liberar a mineração em terras indígenas, projetos que tramitam no Congresso e buscam flexibilizar as regras de licenciamento e ampliar a liberação de agrotóxicos no Brasil.

Contra esses projetos de impacto ambiental, artistas, indígenas, integrantes de coletivos e a sociedade civil se uniram no movimento que tomou a Esplanada dos Ministérios.

O secretário executivo do Cimi ressaltou, em sua fala no evento, os embates vividos pelos indígenas no governo Bolsonaro. “A boa notícia é que está havendo resistência e luta, este ato é uma comprovação disso. Os povos indígenas jamais vão desistir dos seus direitos e nós temos que reforçar e dar apoio”, destacou Eduardo de Oliveira.

“Aprovação do PL 191 trará prejuízos irreversíveis

Por meio de um parecer enviado à Câmara dos Deputados em resposta ao deputado Carlos Veras, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias -, o representante regional para América do Sul do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Jan Jarab, afirma que “a eventual aprovação do Projeto de Lei 191 trará prejuízos irreversíveis ao país”.

O documento, indica ainda que a ONU considera que o PL 191/2020 “não cumpre com as normas e compromissos internacionais de direitos humanos e que sua aprovação acarretaria

graves impactos nos direitos humanos ao desenvolvimento, à não discriminação, à saúde, à vida, à identidade cultural, à terra e território, a viver em um meio ambiente saudável, limpo e sustentável, entre outros direitos conexos, assim como ao direito ao consentimento livre, prévio e informado antes da adoção de medidas legislativas que possam afetar-lhes”.

Segundo o conselheiro Dinamam Tuxá, co-coordenador da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH, a tramitação do PL é um retrato da política de massacre a povos indígenas.

“O Parlamento quer colocar à frente o capital e esquecer a vida – não só de indígenas, mas do povo brasileiro, que está vivendo em situação de muita vulnerabilidade. Nosso direito está mais uma vez sendo negociado em nome do capital. Estamos falando de um aumento significativo de violência em área rural, devastação ambiental, contaminação de rios e solos, doenças contagiosas em povos isolados e impacto na biodiversidade. A exploração de terras indígenas não é de interesse da população brasileira. O interesse da nossa população é a floresta de pé”, afirma Dinamam.

Corrida do ouro e não do potássio

Dados do Amazônia Minada, projeto do InfoAmazonia que monitora requerimentos de mineração nas terras indígenas amazônicas, revela que “2.467 pedidos de mineração registrados na Agência Nacional de Mineração (ANM) estão em terras indígenas (TIs) ou são contíguos aos territórios. Destes, 1.067 (43%) são para mineração de ouro”. O levantamento foi abordado pelo jornalista Fábio Bispo, do InfoAmazonia, que apontou em reportagem o total de 280 solicitantes, entre mineradoras, garimpeiros e cooperativas, que requerem da ANM autorização para explorar 3,7 milhões de hectares, “uma área quase do tamanho da Suíça”, revela.

“Considerando todas as substâncias, os pedidos para mineração na Amazônia alcançam 254 das 385 terras indígenas na Amazônia, colocando 65% dos territórios sob pressão de mineradoras e garimpeiros. Os requerimentos para explorar ouro afetam 156 delas. Ou seja, 40% das terras indígenas são alvos da corrida do ouro. A cassiterita, que é usada na produção de estanho, por exemplo, é o segundo metal procurado nas terras protegidas. São 169 pedidos para explorar uma área de 716 mil hectares. Já o potássio, que foi destacado por Bolsonaro como mineral estratégico para produção de fertilizantes, aparece em 4º lugar. Dos mais de 550 pedidos para explorar potássio registrados na ANM, 73 requerimentos estão sobrepostos ou em áreas contíguas a terras indígenas”, destaca a matéria.

Foto: Guilherme Cavalli. Arte: CNBB



Em carta, CNBB e organismos da Igreja do Brasil manifestam preocupação com as iniciativas econômicas ligadas à mineração

No documento, as organizações manifestam “preocupação com as iniciativas econômicas ligadas à mineração” e fazem um chamado para que todos os cristãos “protejam a vida, os povos originários e as florestas”.

O texto afirma ainda que “ministros e lideranças do governo falam há dois anos em “passar a boiada” enquanto o povo está “distraindo” e que “agora, com o planeta olhando com atenção à guerra que acontece na Europa, parlamentares governistas querem apreciar em regime de urgência essas proposições, a começar pelo PL 191/20”.

Para as organizações, a não promoção de uma discussão ampla com o conjunto da sociedade brasileira esconde o verdadeiro desastre social, ambiental e trabalhista que tem sido recorrente nas atividades mineradoras, se agravando os conflitos com povos indígenas.

Após denúncia do Cimi e ação do MPF, normativa da Funai que facilita grilagem de terras indígenas é suspensa no Maranhão

Justiça Federal do Maranhão suspendeu os efeitos da Instrução Normativa 09 no estado. MPF já obteve 24 decisões contra a medida da Funai em 13 estados do país

Por **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

No dia 16 de fevereiro, a Justiça Federal do Maranhão decidiu suspender os efeitos da Instrução Normativa (IN) 09/2020 da Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre as terras indígenas do estado. A normativa liberou a certificação de fazendas sobre terras indígenas não homologadas, incentivando a especulação imobiliária, as invasões e a grilagem nestes territórios.

A decisão liminar foi tomada no âmbito de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) do Maranhão, parte de uma estratégia adotada pelo órgão nos diferentes estados do país para buscar a anulação da normativa e a suspensão de seus efeitos.

Esta é a 23ª decisão favorável obtida pelo MPF contra a IN 09, que já conseguiu suspender a medida da Funai em 13 estados, com sete sentenças e 16 liminares favoráveis. Até o momento, 29 ações foram movidas pelo órgão em seções e subseções judiciárias de 15 estados.

Publicada em abril de 2020 pela Funai, a IN 09 determina a exclusão das terras indígenas não homologadas do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), uma plataforma digital e georreferenciada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) voltada a certificar propriedades rurais no país.

Essas certificações servem para indicar que os limites de uma propriedade – cujo “mapa” é inserido no Sigef pelo proprietário – não estão sobrepostos a outras propriedades ou a áreas públicas e protegidas, como unidades de conservação ou terras indígenas.

A IN 09 também determinou que as terras indígenas não homologadas fossem ignoradas nas Declarações de Reconhecimento de Limites, que podem ser solicitadas pelos proprietários rurais à própria Funai. Essas declarações servem para reconhecer que uma determinada fazenda não está sobreposta a nenhuma terra indígena.

“De posse dessas certidões negativas”, destaca o MPF na ação, “tal particular poderá comercializar, transferir, dar em garantia e até lotear áreas situadas em terras indígenas, conseguindo, destarte, realizar negócios jurídicos com terras públicas”.

Levantamento realizado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em 2021 identificou que 83 propriedades haviam sido certificadas pelo Sigef sobre terras indígenas do Maranhão durante o governo Bolsonaro, com um total de 171,6 mil hectares sobrepostos diretamente a esses territórios. A maioria dessas propriedades foi certificada após a publicação da normativa da Funai, em 23 de abril de 2020.

Durante um levantamento in loco na região, no final de 2020, o Cimi Regional Maranhão identificou que muitas dessas fazendas estavam ampliando o desmatamento e abrindo novas áreas de plantio nos territórios, especialmente de soja. Além disso, a infraestrutura de estradas e pontes, com incentivo público e financiamento de empresas, estava se expandindo sobre as terras indígenas.

A investigação do Cimi identificou que as certificações estão sobrepostas às Terras Indígenas (TIs) Bacurizinho, do povo Guajajara, Kanela Memortumré, do povo de mesmo nome, e Porquinhos, do povo Apãnjekra Canela. Grande parte das propriedades foi certificada por empresas do agronegócio.

“Essa decisão é de extrema importância”, avalia Lucimar assessora jurídica do Cimi Regional Maranhão. “Mesmo



Placa registrada durante ida a campo, em novembro de 2020, na entrada de uma fazenda sobreposta à TI Porquinhos dos Canela-Apãnjekra. Certificada por uma empresa, a área é utilizada para o plantio de soja

antes da Instrução Normativa, já havia um processo significativo de invasões nas terras indígenas não homologadas, que estão em processo de reivindicação, de delimitação e em várias fases do processo demarcatório. A vulnerabilidade depois da IN 09 foi extremamente danosa para esses territórios em todo o Brasil, e aqui no Maranhão não foi diferente”.

Inconstitucionalidade e insegurança jurídica

Na sentença em que defere o pedido liminar do MPF do Maranhão, o juiz federal Clodomir Sebastião Reis determina que a Funai e o Incra sejam obrigados a inserir todas as terras indígenas do estado no Sigef e no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), também utilizado por grileiros para tentar legitimar a posse ilegal de propriedades em áreas protegidas.

A decisão abrange todas as terras indígenas com área já identificada e delimitada pela Funai, independentemente da fase em que se encontra seu processo de demarcação, e também as terras formalmente reivindicadas por grupos indígenas ou em estudo de identificação e delimitação. Além disso, o juiz determina que todas essas terras sejam levadas em consideração nas declarações de limites emitidas pelo órgão indigenista.

O magistrado recorda que a Constituição Federal “reconhece o direito dos povos indígenas aos seus territórios, devendo o Estado tão somente proceder aos atos de reconhecimento e demarcação desses territórios”.

Para o juiz, a normativa da Funai “fere o ordenamento jurídico e provoca insegurança jurídica”, na medida em que a exclusão de terras não definitivamente demarcadas do Sigef e do Sicar “tendem a passar a falsa percepção de que tais áreas possam ser vindicadas por particulares, o que é expressamente proibido pela Constituição Federal vigente, trazendo, ainda, o potencial de causar a ocorrência de [conflitos entre] índios e não índios”.

Denúncias recorrentes

O avanço das certificações e das invasões sobre as terras indígenas do estado, especialmente as TIs Bacurizinho, Kanela Memortumré e Porquinhos, vinha sendo denunciado pelas lideranças indígenas desde 2020, quando a normativa foi publicada pela Funai.

Em outubro daquele ano, o órgão federal ingressou com a ação civil pública pedindo a anulação da IN 09 no estado. A Defensoria Pública da União (DPU) também pediu habilitação no processo, com a intenção de contribuir com a demanda dos povos indígenas.

“O Cimi atuou como articulador entre as comunidades indígenas impactadas e os órgãos públicos, como o MPF e a DPU, que atuaram diretamente na ação”, relata Lucimar. “Além das manifestações enviadas para o MPF e juntadas pelo órgão nos autos do processo, houve também várias reuniões entre lideranças indígenas e a procuradoria federal, em que os procuradores receberam diretamente as denúncias feitas pelas lideranças”.

Apesar disso, ao contrário do que ocorreu em outros estados, a medida da Funai vigorou no Maranhão durante quase dois anos.

“Com a continuidade da IN 09 em vigor, os invasores continuaram nesse processo de consolidar as invasões, colocando cercas, devastando várias áreas desses territórios. Como essa decisão demorou para ser tomada aqui no Maranhão, houve uma consolidação extremamente grave dos danos a esses territórios”, avalia Lucimar.

“Agora vamos monitorar, verificar como vão proceder no sistema. Vamos acompanhar se essas certificações vão ser canceladas e anuladas no sistema. Senão, vamos novamente atuar e enviar as informações ao MPF para que as providências sejam tomadas”, explica a assessora jurídica.

A decisão também determina a realização de uma audiência de conciliação no dia 17 de maio. “Vamos tomar todos os cuidados para que as lideranças indígenas e o Cimi possam se fazer presentes”, adianta Lucimar.

Foto: Cimi Regional Maranhão

‘Recuo do governo sobre garimpo no AM foi justo e recomendável’

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e Conselho Indigenista Missionário classifica a decisão como vitória importante, mas promete ficar alerta

Por **Antônio Paulo, do BNC Amazonas**

A suspensão dos atos do general Augusto Heleno, que autorizava a pesquisa e lavra de mineração em São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas, uma das regiões mais preservadas da Amazônia, foi classificada como uma vitória importante para o movimento indígena. O general é ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Ao não resistir às pressões políticas do movimento indígena, entidades, parlamento, redes sociais e da sociedade civil, o governo Bolsonaro cancelou as autorizações de sete projetos de garimpo na região da Cabeça do Cachorro, no alto rio Negro. Em decisão publicada no Diário Oficial da União do último dia 27 de dezembro.

O recuo veio após manifestações contrárias da Agência Nacional de Mineração (ANM), Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O coordenador da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), Marivelton Baré, disse que foi mais do que justo e recomendável o recuo do governo federal na autorização de pesquisa e lavra garimpeira na região da Cabeça do Cachorro no Amazonas.

“Aquela autorização do ministro Heleno foi uma falta de respeito por não consultar previamente os povos indígenas da região e representatividade legítima que a população indígena do Rio Negro”, disse o coordenador da Foirn, Marivelton Baré.

Preservação e soberania

O líder indígena da Federação dos Povos Indígenas do Rio Negro, disse ainda que a medida anterior contrariava todos os aspectos de preservação da Amazônia e de soberania nacional, pois, colocava em risco a vida dos povos indígenas, a biodiversidade e a cultura ancestral.

“O que esse governo quer, na verdade, é a destruição, a degradação ambiental e a não preservação da Amazônia. Mas, a gente segue firme na luta e não vamos deixar que a garimpagem venha a ser autorizada de qualquer jeito”, reafirma Marivelton Baré.

O coordenador da Foirn, ressalta que o movimento indígena do rio Negro defende os direitos coletivos, que luta a qualquer custo para manter a proteção da floresta. “Tudo aquilo que



Manifestação dos povos indígenas contra o PL 490 em frente ao anexo 2 da Câmara dos Deputados, durante o Levante Pela Terra, em junho

conquistamos até aqui não foi por mérito de governo, mas pela nossa luta incessante das nossas lideranças indígenas de ontem, de hoje e de sempre”.

Vitória com alerta

Para o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antônio Eduardo de Oliveira, o recuo do governo no consentimento a estudo e exploração mineral em áreas de preservação e indígenas, no primeiro momento é uma vitória importante, pois, é fruto de toda uma pressão com várias denúncias.

“No entanto, temos que ficar alerta porque pode ser uma estratégia de pressionar a Câmara dos Deputados para

a agilização do PL 191 ou outras medidas legislativas para a regularização da exploração mineral nesses territórios”, advertiu o secretário do Cimi.

Na visão de Eduardo de Oliveira, o governo não vai desistir dessas iniciativas de exploração dos territórios indígenas, principalmente no primeiro semestre de 2022. Por isso, ainda não podemos comemorar de forma efetiva, mas devemos nos manter mobilizados e vigilantes.

Linhão de Tucuui

O secretário executivo do Cimi também se manifestou sobre a ação do Ministério Público Federal do Amazonas (MPF-AM) que resultou na decisão da Justiça para cobrar o governo e as empresa de energia o acordo firmado com os índios waimiri-atroari (Povo Kinja).

Em sentença liminar, a Justiça Federal do Amazonas decidiu que o licenciamento do linhão de Tucuui, que ligará Boa Vista/RR a Manaus/AM, só poderá ocorrer forem pagos R\$ 133 milhões como compensação ao Povo Waimiri-Atroari.

De acordo com Eduardo de Oliveira, as negociações sobre linhão de Tucuui, tendo como foco as compensações, é incerto e perigoso com relação aos direitos dos povos indígenas ao usufruto dos seus territórios.

“Esse processo nos chama a atenção por conta das promessas da usina hidrelétrica de Belo Monte que até hoje não foram agilizadas. Reconhecemos que o povo indígena tem o direito e a autonomia para estabelecer a negociação, mas os governos federal e estadual não são confiáveis. E já que o MPF está exigindo o cumprimento do acordo de compensação, faz-se necessário o devido acompanhamento por parte do Ministério Público”, alertou o dirigente do Cimi.



Foto: Hellen Loures/Cimi

Assine o
PORANTIM
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
 Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5
 PIX: adm.porantim@cimi.org.br
 Envie cópia do depósito por e-mail ou correios
 SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
 Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655
 SKYPE: Adm Jornal Porantim
 www.cimi.org.br

Ass. anual: **R\$ 130**
 Ass. dois anos: **R\$ 190**
 América Latina: **US\$ 55**
 Outros países: **US\$ 90**

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!



CAUSOS E CASOS

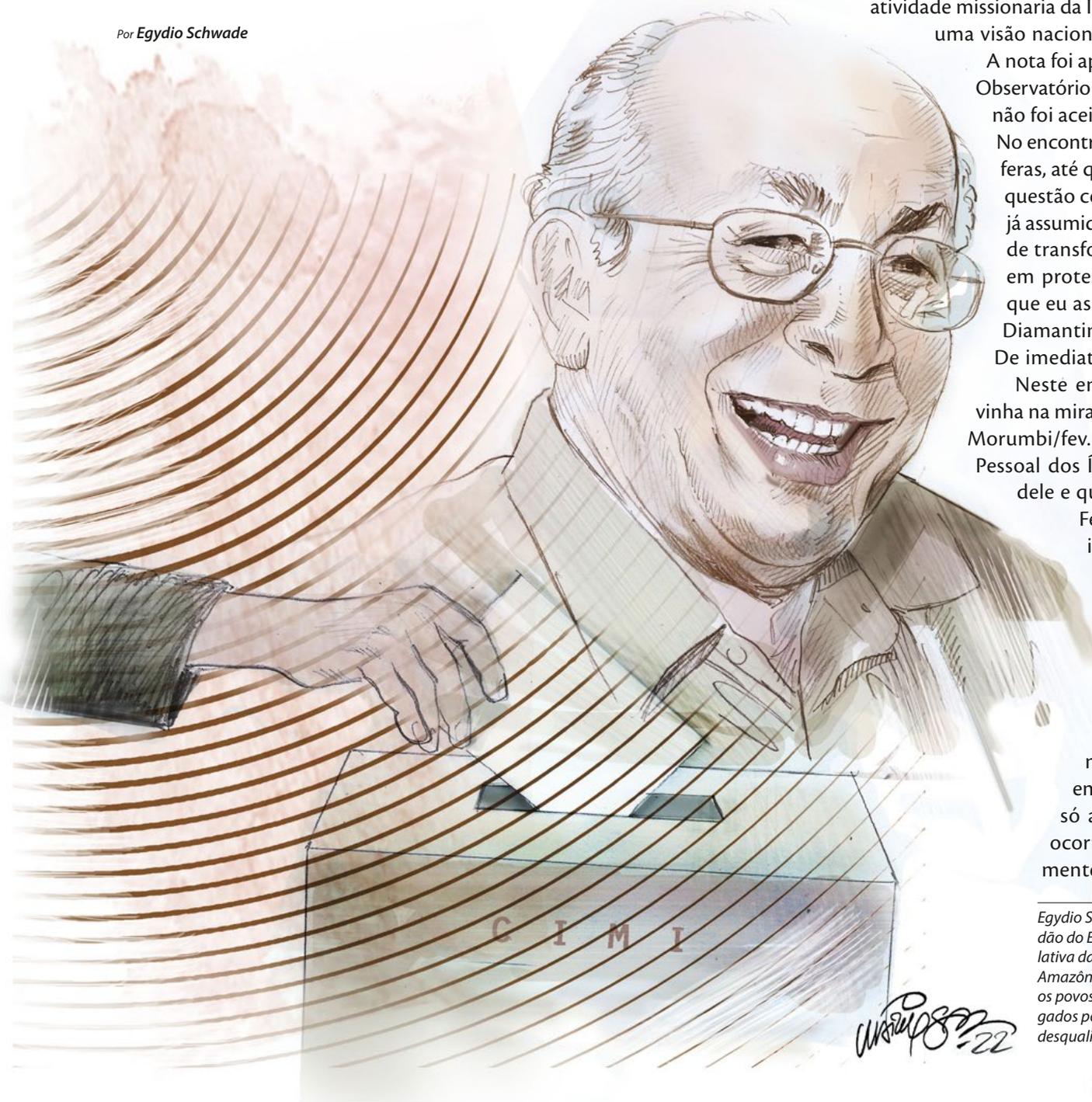
Rumo aos 50 anos



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

A Fundação do Cimi

Por Egdio Schwade



Estávamos (Thomaz Lisboa, Adalberto Pereira e eu), juntos em Diamantino, Mato Grosso, 1971, quando recebemos a carta-convite do Pe. João Mometti, do Secretariado Nacional de Atividade Missionária-SNAM da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, para participarmos de mais uma reunião de missionários das prelazias e dioceses com presença indígena, a se realizar em Brasília, entre 22 e 25 de abril de 1972. P. Mometti acabara de chegar de um curso de Missionologia em Roma. Estava por fora dos encontros anteriores, onde se urgira a criação de um instrumento de coordenação das atividades missionárias que garantisse a atualização da ação indigenista da Igreja, desejada pelo Concílio Vat. II. Naquele momento eu estava na coordenação da OPAN, entidade de leigos que havia criado em 1969, visando a participação dos leigos para acelerar a mudança da pastoral indigenista.

Thomaz Lisboa, Adalberto Pereira e eu, estávamos insatisfeitos com a agenda prevista para aquele encontro de Brasília e por isso nos dirigimos ao Bispo de Diamantino, D. Henrique que estava de malas prontas para ir ao encontro dos Bispos do Regional Mato Grosso, em Campo Grande. Manifestamos a ele a nossa inquietude frente a agenda do encontro e ele nos disse na hora: “Então vocês dois, (e apontou para Thomaz Lisboa e para mim), se preparem e vão comigo”. Aceitamos.

Em Campo Grande, D. Henrique apresentou a nossa preocupação e fomos encarregados pela Assembleia dos bispos de redigir uma nova proposta para a reunião dos missionários em Brasília, que incluísse a criação de um instrumento que desse uma nova face a atividade missionária da Igreja Católica junto aos indígenas e garantisse uma visão nacional da questão.

A nota foi aprovada e publicada no Boletim da CNBB e no Observatório Romano, órgão de imprensa do Vaticano. Mas não foi aceita pelo coordenador do SNAM, Pe. Mometti. No encontro perderam-se dois dias em discussões infrutíferas, até que finalmente foi decidido que se discutisse a questão central, expectativa dos encontros anteriores e já assumida pelos bispos de Mato Grosso: o instrumento de transformação da ação missionária. O Pe. Mometti em protesto se retirou da reunião. Solicitaram então que eu assumisse a coordenação e D. Sigaud, bispo de Diamantina/MG, bispo ultraconservador, a secretaria. De imediato fomos ao assunto e foi criado o Cimi.

Neste encontro conheci D. Tomás Balduino que já vinha na mira dos missionários desde a primeira reunião de Morumbi/fev. de 1968, onde fora proposto para ser o Bispo Pessoal dos Índios, cargo que não aceitou por discordar dele e que foi superado pela criação do Cimi.

Fez-se então a eleição do primeiro Conselho que incluía pessoas importantes da Igreja Missionária de toda a Amazônia. Todos experts na questão indígena. Diversos com livros publicados. Da Prelazia de Diamantino/MT foram escolhidos três: D. Henrique, Pe. Adalberto Pereira e P. Thomaz Lisboa, o que levou a nós três, padres da mesma, a questionar o Conselho eleito, solicitando uma mudança para incluir o dominicano D. Tomás, em substituição a D. Henrique. D. Tomás porem só aceitou mediante uma nova eleição. O que ocorreu logo em seguida, quando foi eleito oficialmente conselheiro do Cimi.

Egdio Schwade é indigenista, pesquisador, apicultor, ativista e cidadão do Estado do Amazonas, título concedido pela Assembleia Legislativa daquele Estado pela dedicação em prol dos povos indígenas da Amazônia. Relação que se iniciou em 1963, num momento em que os povos daquela região eram dizimados, tendo seus territórios rasgados por estradas, invadidos, saqueados e sendo sistematicamente desqualificados e discriminados nas suas formas de ser e agir.

A coluna “Causos e Casos”, iniciada na edição de abril de 2021, é um especial rumo aos 50 anos do Conselho Indigenista Missionário, que traz textos assinados por Egon Heck e Egdio Schwade, dois dos fundadores do Cimi e militantes da causa indígena brasileira antes mesmo da criação da entidade.

É a comemoração do cinquentenário por meio do reconhecimento da contribuição do Cimi para o desenvolvimento da causa indigenista a partir de seus missionários e missionárias, aqui representados

por Egon Heck e Egdio Schwade. Figuras históricas de luta que contribuem fortemente para a atuação missionária junto aos povos originários, dando um novo sentido ao trabalho da igreja católica.

As histórias da “Causos e Casos”, escritas especialmente para esta coluna, mostrará que a atuação missionária, além de favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural; também

fomenta espaços políticos e estratégias para o fortalecimento do protagonismo indígena.

Egon Heck e Egdio Schwade relatam causos e casos com propriedade, pois, desde os primórdios, fizeram parte das linhas de ação do Cimi, sendo impossível separar suas vidas da causa indígena brasileira. Engajados com as comunidades desde a juventude, eles compartilham dos mesmos sentimentos dos povos originários e adotaram a causa como parte integral de suas trajetórias.